

**INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA/NÚCLEO DE ESTUDOS  
COMPARADOS DA AMAZÔNIA E CARIBE – NECAR  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA**

**PRODUTO I**

**ECONOMIA ESTADUAL: CARACTERÍSTICAS E TENDÊNCIAS**

**Coordenador Estadual/Pesquisador: Haroldo Eurico Amoras dos Santos**

**MAIO/2013**

**INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA/NÚCLEO DE ESTUDOS  
COMPARADOS DA AMAZÔNIA E CARIBE – NECAR  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA**

**PRODUTO I**

**ECONOMIA ESTADUAL: CARACTERÍSTICAS E TENDÊNCIAS**

**Coordenador Estadual/Pesquisador: Haroldo Eurico Amoras dos Santos**

**MAIO/2013**

## A ECONOMIA DO ESTADO DE RORAIMA CARACTERÍSTICAS E TENDÊNCIAS

### I. Introdução

Este estudo investiga e realiza esforço de análise comparativa dos limites e possibilidades com que se defronta o governo de Roraima em relação à capacidade de o Estado construir e implementar trajetórias de desenvolvimento para a sua gente e seu território, contextualizando-a no cenário da região Norte, no período 1995-2010. Para tanto aqui se apresentará o comportamento do Produto Interno Bruto de Roraima, abordando os anos de 1995 a 2010, bem como, o Produto Interno Bruto *per capita*, as características e a evolução dos seus setores de produção e as regiões dinâmicas e não dinâmicas do estado, propondo-se oferecer elementos para a discussão face o instigante desafio da promoção do desenvolvimento regional.

O centro de gravidade dessa análise repousa no esforço de compreensão da natureza e características do federalismo brasileiro que se apresenta no recorte nacional como o arranjo político de distribuição de poder territorial entre as unidades políticas que compõem o Estado Nacional, isto é, que dispõe sobre a articulação do poder nacional com os poderes regional e local. No caso histórico concreto do federalismo brasileiro, que se caracteriza pelos movimentos de sístoles e diástoles do poder político do Estado nacional, e, que, em tese, ora fica centralizado nas mãos do poder central (União), ora nas mãos dos estados-membro, depara-se, desde a Constituição de 1988, com a crescente centralização (sístole) de receitas e de comando no governo federal. Associado a este movimento, observa-se ainda a perda da importância relativa dos governos estaduais, principalmente dos Estados-membro localizados nos territórios periféricos da Amazônia brasileira.

De modo geral essa análise enfoca o federalismo fiscal, certamente o eixo central da organização do poder estatal e sua distribuição entre a União, Estados e Municípios por sobre o território nacional. No entanto, há outras dimensões do federalismo que exercem profundas influências sobre a trajetória do desenvolvimento estadual, principalmente na Amazônia; dentre essas dimensões, destacam-se o federalismo ambiental e o federalismo fundiário. Este destaque fundamenta-se na lógica e na experiência empírica de que as instituições importam, sim. Afinal, elas dizem respeito, nesses casos, tanto aos direitos de propriedade, quanto à destinação e uso da terra (regularização fundiária e reforma agrária). Referido vetor institucional assume papel central no processo de crescimento econômico, principalmente nos territórios não industrializados, considerando que os Estados-membros nessa situação geralmente têm na terra o seu principal fator de produção para o desenvolvimento agropecuário. E, se o Estado-membro não exerce o controle político-institucional do fator terra, como ocorre atualmente nos estados do Amapá, Acre e Roraima, fica então privado de

mobilizá-lo enquanto instrumento de atração de investimentos agropecuários e de reforma agrária. As questões relativas às indefinições de demarcações de terras indígenas e a criação indiscriminada e unilateral pela União de unidades de conservação situam-se nesse campo dos direitos de propriedade, dentro dos três regimes universais que o caracterizam: direito estatal de propriedade (terras indígenas são de titularidade da União, através da Fundação Nacional do Índio-FUNAI, assim como são as unidades federais de conservação, via Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO); direito comunitário de propriedade da terra; e direito privado de propriedade da terra. A vigência desse cenário de indefinições institucionais alimenta expectativas de grandes incertezas, pois a insegurança jurídica concorre para elevar os riscos econômicos de se investir na região.

O Vale do rio Branco (Roraima) faz parte da região Norte (IBGE), mais especificamente, da Amazônia Ocidental<sup>1</sup> (Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia) e, na perspectiva regional sul-americana, pertence à Amazônia Guayanense ou Guianense, de onde se articula com o Caribe. Localiza-se na parte mais setentrional do Brasil, encravado nas fronteiras do Brasil com a Venezuela e a Guiana, vizinho do Amazonas e do Pará. Sua superfície territorial de 225.116 km<sup>2</sup> (IBGE) abriga população de aproximadamente 452 mil habitantes (IBGE, Censo 2010) que ocupam as savanas (RADAM BRASIL) ou “lavrados” (expressão local), florestas ombrófilas, campinaranas e outras formações vegetais menos extensas, sendo que a maioria delas é banhada pela bacia do rio Branco. Os “lavrados” ou savanas cobrem em torno de 17% do total da área e as florestas e demais formações representam 83% do total, das quais foram desmatados 6%, aproximadamente, sendo, ao lado do Amazonas e do Amapá, um dos estados mais preservados do Brasil.

Às suas proximidades, ao Sul, fica o Estado do Amazonas, a Zona Franca de Manaus (ZFM), o Polo Industrial de Manaus (PIM), a única experiência industrial de tecnologia “high-tech” bem sucedida de ocupação da Amazônia Ocidental, através da implantação de Polo Eletroeletrônico, de Polo Relojoeiro e do Polo Automotor sobre duas rodas. Ao Norte, fica a Venezuela, país associado do MERCOSUL, cujo Estado de Bolívar faz divisas com Roraima, abrigando o polo urbano de “ciudad Guayana”, construído nas décadas de 1960 e 1970, tal qual a experiência brasileira de Brasília, abrigando uma das maiores hidrelétricas do mundo (Guri) e um exitoso Polo Mineiro-Metalúrgico. Ao Leste localiza-se a República da Guiana, que tem na exploração da bauxita, da cana-de-açúcar e de bebidas suas atividades econômicas mais expressivas. À Oeste, há a enorme reserva Ianomâmi fazendo fronteira com a Venezuela.

Os principais projetos na dimensão político-institucional do Estado nacional para Roraima, nas últimas cinco décadas, consistiram no seguinte portfólio de ações: a) criação do Território Federal do Rio Branco (1943), depois Roraima (1963) e no fortalecimento desse ente autárquico territorial, a partir de 1967, com a inclusão do mesmo no Fundo de Participação dos Estados – FPE e a ampliação, revigoração e modernização da estrutura

---

<sup>1</sup> Trata-se de região de planejamento criada pelo Governo Militar através do Decreto-lei nº 291 de 28.02.1967: Art. 1º, § 4. Para fins deste Decreto-lei, a Amazônia Ocidental é constituída pela área abrangida pelos estados do Amazonas, Acre e territórios de Rondônia e Roraima.

administrativa dessa autarquia; b) criação de municípios, ampliando seu número de dois, em 1944, para quinze em 2010; c) criação, demarcação e homologação de todas as terras indígenas que cobrem 46,5% da superfície do estado; d) criação de unidades de conservação que abrangem 12,3% da área territorial estadual; e) transformação do Território Federal em estado de Roraima (1988); f) criação e implantação das Áreas de Livre Comércio de Boa Vista (ALCBV, 2009) e de Bonfim (ALCB, 1992) e da Zona de Processamento de Exportações – ZPE que não prosperou. Finalmente há a lei que transfere terras da União para o estado de Roraima (2001), mas regulamentada apenas a partir de 2009, na gestão do presidente Lula e que ora se encontra em curso de implantação.

Na dimensão econômica, os principais projetos do Estado nacional para o território roraimense consistiram na tentativa de promoção da ocupação demográfica do território roraimense, mediante a criação de Projetos de Colonização Agrícola – PCA nas décadas de 1950 e 1960, através do governo territorial; e de Projetos de Assentamentos Dirigidos – PADs do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na década de 1970 em diante. Foi concebido ainda Distrito Agropecuário na década de 1970 que não prosperou e de Projeto Pecuário que se restringiu à formulação tendo em vista o suprimento de carne bovina dos mercados de Boa Vista, Manaus e da Guiana/Venezuela. De todo modo, nas décadas de 1960 e 1970, o governo federal investiu na formação da infraestrutura e construção dos equipamentos urbanos de Boa Vista e Caracarái, a par da construção da infraestrutura básica de apoio relativas à transportes, com as rodovias federais, BR-174, BR-401, BR-210, não pavimentadas à época e entregues ao público em 1976; energia, com a interconexão elétrica com a Venezuela pelo “linhão de Guri”, em 2001, e comunicações via sistema de telecomunicações da EMBRATEL na década de 1970, culminando com a interligação multimídia de Roraima com o resto do mundo, inclusive por cabo de fibra ótica através da Venezuela; e criação de pequeno distrito industrial na cidade de Boa Vista, capital do Estado e seu principal polo socioeconômico, concentrando 65% da população total (cidade-estado, polo político) e 72% do PIB estadual (IBGE, 2010). Mais recentemente, foram criadas as Áreas de Livre Comércio de Bonfim (ALCB, 1992) e de Boa Vista (ALCBV, 2009), as quais se encontram implantadas no que diz respeito à institucionalização do comércio por vias internas (doméstico), o mesmo não ocorrendo em relação ao comércio internacional. Dentro da lógica de integração regional e internacional, o governo federal aprovou a criação da Zona de Processamento de Boa Vista (ZPE, 2009), cuja implantação ainda não ocorreu.

A institucionalização de projetos ou ações essenciais para o desenvolvimento do capital intelectual roraimense no âmbito do ensino superior, como a criação e implantação de universidades federais, escolas técnicas e institutos de pesquisas, ciência e tecnologia no estado de Roraima são bem recentes do ponto de vista histórico, casos da escola técnica federal (.....), da Universidade Federal de Roraima (1990), do Instituto Federal (.....) e da EMBRAPA.(198.....), as quais constituem matrizes vitais da produção de capital humano nesta parte setentrional do Brasil.

Existem, portanto, na região ora delimitada, subespaços industriais de ponta (PIM), subespaços industriais tradicionais (minero-metalúrgico da Venezuela), subespaços de

serviços e comércio, principalmente serviços públicos (Roraima), subespaços extrativistas minerais (Guiana) e de caçadores, coletores primitivos<sup>2</sup> (ianomâmis), além da agricultura tradicional (Guiana, Amazonas e Roraima). E temos também, mais à jusante, subespaços dinâmicos industriais extrativistas (Pará) e agroindustriais (Pará e Rondônia) e enclaves de agricultura moderna (Roraima).

O Vale do rio Branco faz parte, assim, dessa imensa região ainda bastante desconhecida, a Amazônia, principalmente a guayanense, cheia de mitos, como o mito das Amazonas, as mulheres guerreiras, Eldorado, Inferno Verde, Paraíso Perdido, Pulmão do Mundo, Patrimônio Comum da Humanidade e tantos outros. Sobre o desconhecimento da fisiografia, Aziz Nacib Ab'Sáber assinala que a *“região amazônica tem sido erroneamente encarada como um monótono conjunto de terras baixas, extensivamente recobertas por florestas equatoriais”* (AB'SÁBER, 1966, p.2)<sup>3</sup>, a despeito das sutis variações regionais da topografia de seus terrenos quaternários e terciários, mesozoicos e paleozoicos, e dos solos a eles correspondentes, assim como, da diversidade das águas de seus rios e igarapés, e até mesmo dos componentes de suas florestas (idem, p. 2).

Materialmente, a economia roraimense foi impulsionada, sobretudo, pelos dispêndios do setor público e pelo rápido crescimento populacional. As despesas da administração pública são determinantes; representam, em média, 49% do valor do PIB de Roraima. As despesas públicas se dirigiram à formação de infraestrutura (transportes, energia e comunicações), à implantação de equipamentos urbanos, à organização da estrutura administrativa e física do governo, com vistas à prestação de serviços públicos tais como educação, saúde e saneamento, segurança, projetos de assentamento rural e de colonização, passando pela contratação de pessoal.

As principais fontes explicativas do crescimento econômico de Roraima, e da Amazônia como um todo, nos últimos 50 anos, tem origem na formação bruta de capital do governo e nas despesas correntes, associadas aos incentivos fiscais e creditícios, estes em menor proporção no caso de Roraima. Se nos demais estados, “atrás da obra pública, vinha o crédito barato, o incentivo fiscal, a nova fábrica — e as pessoas” (Gomes e Vergolino, 1998, p.6), e se o “Estado foi o grande responsável, também, pelo desbravamento mineral da região” (idem), no caso de Roraima, a ação do Estado dentro desse referencial de políticas públicas encerrou algumas contradições. Afinal, exceto pelo interesse de algumas grandes empresas de mineração na formação de reservas de valor, o subespaço roraimense não despertou o interesse do grande capital. Essa situação tem três indiscutíveis razões: i) a localização setentrional periférica de Roraima (fator locacional) face às enormes distâncias enfrentando dificuldades de acesso ao resto do País, face à navegabilidade restrita do rio Branco, que ao final determinaram o seu insulamento, o qual foi quebrado apenas na década de 1970, com a construção da BR-174; presencia-se nesse cenário elevados custos de transação que se

---

<sup>2</sup> Não há conotação pejorativa. Aqui o termo se refere às práticas primevas do ser humano de prover suas necessidades materiais de alimentos através da caça, da pesca e da coleta de frutos e raízes.

<sup>3</sup> AB'SÁBER, Aziz Nacib. **O domínio morfoclimático amazônico**. Geomorfologia, São Paulo. n. 1, p. 1-12, 1966.

associam também à inexistência de economias externas; Roraima se caracteriza como última fronteira de expansão agromineral do País; ii) escassa dotação inicial de fatores, representada pela escassez de “*tradable goods*”<sup>4</sup>, baixa fertilidade natural do solo e rarefação demográfica; mercado local muito restrito; iii) a presença de restrições institucionais à expansão capitalista, representadas por elevados déficits institucionais relativos aos direitos de propriedade (ausência de regularização fundiária tanto no campo quanto nas cidades) e criação autoritária de unidades de conservação, pois quase todas foram efetuadas sem consulta prévia à sociedade local.

Esses são alguns dos principais fatores que condicionaram o processo de integração do Vale do Rio Branco ao eixo da economia nacional, integração tardia e muito dependente dos gastos públicos. Referidos componentes encerram externalidades negativas que concorrem para a elevação dos custos de transação e formam cenários socioeconômicos e político-institucional de extrema complexidade. As possibilidades de superação de tal quadro, dentro dos padrões da chamada “integração competitiva” e no bojo de ajustes fiscais que se aprofundam com a reforma do Estado Federal, para que adquira novo formato no desempenho de suas funções, constituem desafios econômico, técnico e político de proporções amazônicas mesmo.

Cabe, finalmente, chamar a atenção para o fato de que o presente trabalho examinará a realidade socioeconômica de Roraima utilizando indicadores atualizados das Contas Regionais do Brasil; estas, por sua vez, resultam da desagregação das Contas Nacionais, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE em parceria, no caso de Roraima, com a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima, através do seu Departamento de Estudos Econômicos e Sociais (DEES). A premissa é de que referidas Contas Regionais fornecem indicadores e dados consistentes que evidenciam a capacidade financeira do governo estadual quanto a aplicação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional, assim como, ajudam a revelar a eficácia dessas políticas, apresentando informações regionalizadas, referentes à população e renda per capita por Unidade da Federação, e, no caso de Roraima, por município (15), que servem de base para a distribuição de parcelas de tributos federais, como o Imposto sobre a Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados, que formam a base econômica do Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal (FPE) e dos Municípios (FPM), além de permitirem comparações de desempenhos entre os Estados de determinada região; no presente caso, entre os estados da região Norte.

De acordo com o PIB Estadual de 2010, a economia do Estado de Roraima tem como principal atividade econômica a Administração Pública que responde por 49,7% de toda a economia local, seguida pelo Comércio, com participação de 12% no PIB e a Construção Civil, com 9,5%. Os indicadores disponíveis apontam a existência de dependência muito significativa da economia estadual em relação às despesas da administração pública (União,

---

<sup>4</sup> Bens comercializáveis. São aqueles que têm o potencial de exportação ou importação. A possibilidade de serem negociados no exterior configura uma relação contínua entre o seu preço e o de seus concorrentes estrangeiros, verificando se não existem barreiras para a substituição de um produto por outro (Otaviano Canuto)

Estado e Municípios). Essa dependência se acentua bastante pelo fato de que as despesas públicas dos governos estadual e municipais são financiadas pelas transferências constitucionais, legais e voluntárias da União, via Fundo de Participação dos Estados e Municípios e emendas parlamentares.

Por outro lado, embora o PIB de Roraima seja o menor do país (27º), o seu PIB per capita, em valores correntes, ocupa a 14ª posição no *ranking* nacional (R\$ 14.052), que combinados com indicadores sociais, mostram que do ponto de vista qualitativo, a condição de vida em Roraima está longe de ser a pior do país. Mas essa não é a questão principal, mas, sim, a de indagar-se: o modelo de desenvolvimento de Roraima, que se fundamenta na economia do setor público, financiado por transferências federais, é sustentável a médio e longo prazo, do ponto de vista macroeconômico?

### **1.1 Algumas considerações metodológicas**

Como este trabalho utiliza os indicadores atualizados das Contas Regionais do Brasil (IBGE), que resultam da desagregação das Contas Nacionais, veremos inicialmente o Produto Interno Bruto (PIB) de Roraima e dos demais estados da região Norte (Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima). Construído pela ótica da produção, o PIB se encontra expresso em valores correntes, pela moeda do próprio ano, e em valores constantes, medidos pelo preço do ano anterior, de acordo com as recomendações do SNA - System of National Accounts das Nações Unidas. Para mostrar a evolução da economia de Roraima foi construída uma série histórica, a preços correntes e constantes e, para obter informações regionalizadas sobre a evolução do volume e preços dos bens e serviços produzidos, foi definido um ano-base como referência, cuja escolha recaiu sobre o ano de 1985. Segundo o IBGE, 1985 foi o ano em que se realizou o último Recenseamento Econômico do Brasil e, assim, continha informações suficientes para a definição de ponderadores e coeficientes técnicos para o cálculo das Contas Regionais dos anos correntes.

Inicialmente, o IBGE e parceiros estaduais construíram a série histórica de 1985-1997 compreendendo o cálculo do valor de produção, consumo intermediário e valor adicionado dos 15 principais grupos de atividades econômicas, informando a evolução do volume e o valor nominal do PIB de cada estado, mediante dados provenientes de pesquisas estatísticas, balanços contábeis das empresas e registros administrativos. Essa metodologia foi utilizada para a elaboração do PIB de 1998 a 2004. O tratamento dos dados foi realizado, de acordo com as seções da CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas do IBGE, conforme segue: Agropecuária - Indústria extrativa mineral; Indústria de transformação; Eletricidade, água e gás; Construção; Comércio varejista e atacadista e reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos; Alojamento e alimentação; Transportes e armazenagem; Comunicações; Intermediação financeira; Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas; Administração pública, defesa e seguridade social; Saúde e educação mercantis; Outros serviços coletivos, sociais e pessoais; Serviços domésticos.

## 1.2 Revisão metodológica das Contas Regionais: nova base

Ocorre que em 2008, o IBGE divulgou a revisão das Contas Regionais do Brasil tendo como ano-base o ano de 2002. A escolha do ano-base recaiu no ano em que se têm dados suficientes para a construção das Contas Regionais de todas as Unidades da Federação, através de uma metodologia homogênea, integrando-as aos procedimentos adotados nas Contas Nacionais, possibilitando que os seus resultados sejam coerentes e comparáveis entre si e com o resultado nacional. Assim, as Contas Regionais introduziram novos conceitos e nova base de dados que passam a incorporar, integralmente, as pesquisas anuais da indústria, comércio, construção civil, serviços; informações anuais da declaração fiscal da Pessoa Jurídica; os resultados da Pesquisa de Orçamento Familiar – POF, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Censo Agropecuário de 1996, adotando uma classificação de atividades e produtos compatíveis com a CNAE 1.0 – Classificação Nacional das Atividades Econômicas.

As pesquisas anuais levantam as mudanças ocorridas na economia, inclusive com entrada de novos segmentos, a estrutura interna dos setores e segmentos do PIB podem sofrer alterações, provocando mudanças no peso relativo das atividades econômicas.

Essa nova possibilidade de utilização dos dados estatísticos (uso dos valores corrente das pesquisas) é um novo paradigma na media em que, para a maioria das atividades, não haverá mais procedimento de cálculo das variáveis da conta de produção através do método de extrapolação. (IBGE, 2008, p. 10).

Com essa atualização, o setor da Agropecuária teve ganho analítico, uma vez que a mesma foi desdobrada em 12 atividades com suas respectivas contas de produção dos principais produtos da economia (soja, cana de açúcar, café, cítricos, cereais, bovinos, aves, etc.). Na Atividade Extrativa Mineral, nesta nova base, passou a contar com os dados do valor de Produção da Pesquisa Industrial Anual – PIA que na antiga base não era contemplada.

O Setor Terciário foi beneficiado com a introdução das pesquisas anuais do IBGE, pois, passou a contar nesta nova base com a análise anual destes setores. Com relação ao setor de telecomunicações, este deu lugar ao Serviço de informação, que abrange, além das telecomunicações, consultoria em hardware, software, processamento, banco de dados e distribuição on-line, como também, as atividades relacionadas com notícias, rádio e cinematográfica. Com essa mudança, pretendeu-se dar uma visão mais atual das mudanças que ocorreram na economia, tendo em vista, a modernização do sistema estatístico nacional.

Com referência à divulgação da nova série:

a disponibilidade de dados estabelece o âmbito e a defasagem de cada versão do Sistema de Contas Regionais. Com esse novo formato do trabalho baseado nas pesquisas estruturais, fontes chaves para a estimação definitiva do Sistema de Contas Nacionais e das Contas Regionais, as pesquisas do ano T estarão disponíveis no início do primeiro semestre do ano T-2. Desta forma, há uma defasagem de dois anos, a cada ano. (IBGE, 2008).

Juntamente com as Contas Regionais de 2007, o IBGE divulgou a retroposição das Contas Regionais até 1995. Esta retroposição incorporou, nos cálculos dos agregados, a nova

estrutura de pesos das atividades econômicas, adotada pelo IBGE a partir de 2002. Isso permitiu que o Produto Interno Bruto e seus componentes fossem revistos para anos anteriores, tornando seus resultados comparáveis com a nova série.

### 1.2.1 Resumo das principais alterações

As Contas Regionais referenciadas ao novo ano-base de 2002 incorporaram diversos itens que não vinham sendo considerados anteriormente, mas que passaram a ter relevância nos cálculos do desempenho da economia. Elas passaram a ser divulgadas com 17 atividades econômicas e reajustadas com os dados do Brasil em valores constantes e correntes, incorporando as seguintes alterações (IBGE, 2007, p.33): o setor de Telecomunicações deu lugar aos Serviços de Informação que conta, além das telecomunicações, com consultoria de *hardware*, *software*, processamento de dados, atividades de bancos de dados e distribuição *on-line*, atividade cinematográfica, de rádio e agência de notícias; cada elemento da conta de produção da Administração Pública (remunerações, gastos de custeio e consumo de capital fixo) passou a ter um índice próprio (as remunerações, o número de funcionários e os demais pela deflação dos seus custos, consumo de capital pelo deflator do consumo de capital das Contas Nacionais), diferentemente da série anterior, onde o crescimento da população era o índice geral; o desenvolvimento da metodologia de cálculo do consumo de capital fixo (depreciação de máquinas, equipamentos e instalações) que permite a estimativa do valor de produção bruto da atividade administração público; os Serviços de Intermediação Financeira Indiretamente Medidos – SIFIM foram distribuídos proporcionalmente ao valor agregado das atividades, evitando assim a dupla contagem e eliminando a atividade “*dummy* financeiro”, setor fictício na metodologia da metodologia antes antiga, que tinha produção nula e o consumo intermediário igual ao valor do SIFIM; a atividade de Intermediação Financeira passa a contabilizar os fundos de investimentos; a incorporação da produção mercantil das instituições sem fins lucrativos (igrejas, clubes e ONG’s); criação das atividades agrícolas, pecuárias, silvicultura, exploração vegetal e pesca, antes trabalhadas e divulgadas juntas.

A economia brasileira estruturalmente continua a mesma, não mudou; o que mudou foi a mensuração dos dados econômicos, que ficaram mais eficientes e, portanto, mais próximos da realidade. Assim, as Contas Regionais do Brasil passaram a ser construídas com base em 17 atividades econômicas, a saber: agricultura, silvicultura e exploração vegetal; pecuária e pesca; Indústria extrativa mineral; Indústria de transformação; Construção civil; Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza pública; Comércio e serviços de manutenção e reparação; Serviços de alojamento e alimentação; Transportes, armazenagem e correios; Serviços de informação; Intermediação financeira, seguros e previdência complementar; Serviços prestados às famílias e associativos; Serviços prestados às empresas; Atividades imobiliárias e aluguel; Administração, saúde e educação públicas; Saúde e educação mercantis; e Serviços domésticos.

## **II – O COMPORTAMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO ESTADUAL**

## **2.1 A trajetória do PIB de Roraima e da Região Norte: 1995-2000 e 2000-2010**

A trajetória do PIB de Roraima será efetuada no período 1995-2010, seguindo a metodologia adotada pelo IBGE que, juntamente com as Contas Regionais 2007, divulgou em 2008 a retropolação das Contas Regionais até 1995, incorporando nos cálculos dos agregados, a nova estrutura de pesos das atividades econômicas, adotada a partir de 2002. Como se disse, essa metodologia permite a comparabilidade consistente dos dados de Roraima de 1995 e anos seguintes com os resultados dos demais estados da região Norte e de todo o país. De 1990 a 1994, não será efetuada a análise do comportamento das Contas Regionais em razão da metodologia adotada. Trata-se do período em que foi formalmente implantado o estado de Roraima, compreendendo a data da posse do primeiro governador eleito pelo povo (01/01/1991) até o final de seu mandato (31/12/1994). Durante o mesmo, foram instalados o Poder Legislativo Estadual com a posse dos deputados estaduais eleitos e o Poder Judiciário Estadual, com a nomeação e posse dos seus sete primeiros desembargadores. Referido quadriênio foi particularmente difícil para o estado de Roraima, que nasceu como ente federativo nesse momento difícil de transição da economia brasileira para a estabilidade de preços, durante as implementações dos Planos Collor I (03/1990) e II (01/1991), Plano Marcílio (05/1991) e, finalmente, Plano Real (07/1994).

O trabalho traz informações sobre a evolução do PIB de Roraima, calculado a partir das estatísticas sobre o valor bruto da produção, consumo intermediário e valor adicionado bruto de cada atividade econômica, bem como indicadores de crescimento do volume de produção e os respectivos índices de preços dos bens e serviços produzidos e dos principais insumos consumidos. Esses dados permitem estimar o valor adicionado, por atividade, expresso em valores corrente e constante, o PIB avaliado ao preço de mercado, e o PIB per capita de Roraima assim como das demais unidades estaduais que compõem a região Norte.

### **2.1.1 Roraima e Região Norte no período 1995-2000**

Em 1995, o Produto Interno Bruto da Região Norte atingiu o valor de R\$ 29.793 milhões contra R\$ 51.706 milhões a preço de mercado corrente, em 2000, conforme Tabela 01, cuja participação no PIB do país manteve-se na casa dos 4,22% e 4,38%, respectivamente (Tabela 02). A produção regional está concentrada nos estados do Amazonas (1,43% e 1,42%) e do Pará (1,56% e 1,62%), responsáveis por 70,7% (1995) e 69,2% (2000), respectivamente, da economia nortista, liderada pelo Pará, que produziu 36,9%, em média, do PIB do Norte, nos anos examinados. O Amazonas vem logo a seguir, com a sua economia patinando na casa de 1,43% (1995) e 1,42% (2000) do PIB brasileiro, refletindo a mudança do processo de abertura comercial promovido pelo Governo Collor, que afetou sensivelmente essa plataforma de internamento, em que o mercado nacional constitui o destino de parcela majoritária da sua produção.

Os ajustes tanto do “Plano Collor”, quanto do Plano Real, afetaram restritivamente os menores estados da região Norte: Acre, Roraima e Amapá, por coincidência, os mais dependentes das transferências federais. No caso do Estado de Roraima seu PIB se projetou de R\$1.004 milhões a preço de mercado corrente em 1995, para R\$ 1.777, em 2000, conforme Tabela 01. Apesar da expansão nominal expressiva, a sua participação relativa no PIB brasileiro manteve-se entre 0,14% (1995) e 0,15% (2000), conforme mostra a Tabela 02, ocupando a 27ª posição no *ranking* brasileiro, com a participação média de 3,4% no produto regional no período em referência.

As evidências apresentadas mostram que, no período 1995-2000, a economia da região Norte manteve-se praticamente estacionada em termos de participação no total do PIB do país (Tabela 02). Evidencia ainda que processo de integração e modernização econômica da região Norte, embora tenha envolvido todos os estados da região, ocorreu de forma muito concentrada em alguns dos seus territórios, em termos de investimentos e produção, especialmente do Pará, de Rondônia, Tocantins e em Manaus, no Amazonas.

**Tabela 1. Produto Interno Bruto do Brasil, Região Norte e Estados a preço de mercado corrente – Valores em R\$ milhões**

Unidades da Federação	1995	1996	1997	1998	1999	2000
BRASIL	705.641	843.966	939.147	979.276	1.065.000	1.179.482
NORTE	29.793	36.328	38.710	40.955	44.418	51.706
Rondônia	3.137	3.845	4.488	4.799	5.400	5.946
Acre	1.237	1.460	1.555	1.694	1.867	2.154
Amazonas	10.069	12.495	12.572	13.199	13.934	16.750
Roraima	1.004	1.188	1.284	1.347	1.570	1.777
Pará	10.998	13.355	14.312	15.091	16.504	19.050
Amapá	1.507	1.819	2.030	2.038	2.128	2.357
Tocantins	1.840	2.166	2.468	2.786	3.016	3.672

FONTE: CONAC – IBGE

**Tabela 2. Participação da Região Norte e Estados no PIB do Brasil**

Unidades da Federação	1995	1996	1997	1998	1999	2000
BRASIL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
NORTE	4,22%	4,30%	4,12%	4,18%	4,17%	4,38%
Rondônia	0,44%	0,46%	0,48%	0,49%	0,51%	0,50%
Acre	0,18%	0,17%	0,17%	0,17%	0,18%	0,18%
Amazonas	1,43%	1,48%	1,34%	1,35%	1,31%	1,42%
<b>Roraima</b>	<b>0,14%</b>	<b>0,14%</b>	<b>0,14%</b>	<b>0,14%</b>	<b>0,15%</b>	<b>0,15%</b>
Pará	1,56%	1,58%	1,52%	1,54%	1,55%	1,62%
Amapá	0,21%	0,22%	0,22%	0,21%	0,20%	0,20%
Tocantins	0,26%	0,26%	0,26%	0,28%	0,28%	0,31%

FONTE: CONAC -- IBGE

### 2.1.1. O crescimento real do PIB

De acordo com as sugestões do *SNA - System of National Accounts* das Nações Unidas adotou-se como o ano de referência o ano imediatamente anterior. Assim, a passagem do PIB do ano N-1 a preços correntes para o PIB ao ano N a preços correntes mostra as variações referentes às quantidades transacionadas ou a variação real<sup>5</sup> e a variação dos preços ou o deflator<sup>6</sup> do PIB. Nesse sentido, o crescimento do PIB corrente representa que a economia pode estar produzindo mais bens e serviços ou que o nível dos preços está variando.

A Tabela 03 mostra que a taxa de crescimento do PIB real nortista foi sistematicamente superior à taxa de crescimento do PIB real brasileiro.

**Tabela 3. O crescimento real do PIB do Brasil, Região Norte e Estados.**

Unidades da Federação	1995	1996	1997	1998	1999	2000
BRASIL	-	2,2%	3,4%	0,0%	0,3%	4,3%
NORTE	-	5,3%	4,6%	1,2%	1,9%	5,4%
Rondônia	-	3,5%	0,9%	-1,9%	5,5%	3,5%
Acre	-	2,0%	-0,8%	4,5%	4,1%	4,1%
Amazonas	-	12,4%	8,4%	0,6%	-0,2%	7,8%
<b>Roraima</b>	-	<b>3,6%</b>	<b>2,5%</b>	<b>-1,5%</b>	<b>5,4%</b>	<b>4,0%</b>
Pará	-	0,3%	3,0%	2,3%	1,8%	4,7%
Amapá	-	5,2%	5,2%	-0,4%	2,2%	5,2%
Tocantins	-	2,3%	3,9%	4,2%	2,9%	2,9%

FONTE: CGEES - SEPLAN/RR

O PIB de Roraima obteve no período 1995/2000 o crescimento real acumulado de 14,6% (Tabela 04), inferior ao crescimento acumulado da região Norte (19,67%), sendo que 1999 apresenta o seu maior crescimento (5,4%). Por outro lado, em 1998, o PIB teve taxa de crescimento negativa (-1,5%), provocada principalmente pela queda da Agricultura.

**Tabela 4. Crescimento real acumulado do PIB do Brasil, Região Norte e Estados**

Unidades da Federação	1995	1996	1997	1998	1999	2000
BRASIL	100,00	102,15	105,60	105,64	105,90	110,46
NORTE	100,00	105,26	110,13	111,45	113,56	119,67
Rondônia	100,00	103,49	104,41	102,47	108,13	111,88
Acre	100,00	102,01	101,17	105,75	110,08	114,60
Amazonas	100,00	112,39	121,86	122,61	122,30	131,88

<sup>5</sup> O PIB real é o valor, a preços constantes, ou seja, preços num "ano-base", de todos os bens e serviços finais produzidos por determinada economia em um ano. O PIB nominal é o valor destes mesmos bens e serviços medidos a preços correntes.

<sup>6</sup> O deflator do PIB sintetiza uma medida de preços de todos os bens e serviços produzidos; diferentemente dos indicadores econômicos que medem a variação de uma cesta básica, o deflator muda na medida em que a composição do PIB muda.

<b>Roraima</b>	<b>100,00</b>	<b>103,56</b>	<b>106,15</b>	<b>104,52</b>	<b>110,21</b>	<b>114,58</b>
Pará	100,00	100,28	103,24	105,57	107,48	112,54
Amapá	100,00	105,22	110,69	110,30	112,70	118,61
Tocantins	100,00	102,27	106,25	110,75	114,00	117,26

FONTE: CGEES – SEPLAN/RR

### 2.1.2. Os setores de atividades econômicas

As atividades econômicas foram divididas em três setores básicos: a) o **Setor Primário** que reúne as atividades agropecuárias, inclusive pesca; b) o **Setor Secundário** que engloba a produção de bens físicos por meio de transformação de matérias – primas realizadas pelo trabalho humano com auxílio de máquinas e ferramentas, incluindo toda a produção fabril, a construção civil e a geração e distribuição de energia e serviços de água e esgoto; c) o **Setor Terciário** que abrange os serviços de comércio, transportes, armazenagem, saúde, educação, intermediação financeira. Atividades imobiliárias, comunicação, administração pública e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

No período de 1995 a 2000, o **Setor Agropecuário** da Região Norte registrou Valor Adicionado Bruto de R\$ 3,1 bilhões em 1995 e R\$ 4,7 bilhões em 2000 (Tabela 5), os quais representam 5,1% (1995) e 5,8% (2000) do PIB brasileiro, que estão concentrados no Estado do Pará (41,2%) e no Estado de Rondônia (21,4%). A participação da economia agrícola de Roraima, 2,4% (1995) e 3,4% (2000), supera apenas a do Amapá (2,5%, em 1995; e 1,7%, em 2000), tendo enfrentado em 1998, a estiagem e as queimadas ocorridas naquele ano. Apesar disso, a agricultura cresceu 186% no período, impulsionada pelo aumento na produção de arroz, milho, mandioca e banana, seus principais produtos, destacando-se ainda, o crescimento do rebanho bovino, suíno e de aves.

**Tabela 5. Valor Adicionado Bruto do Setor Agropecuário da Região Norte - Valores em R\$ milhões**

Unidades da Federação	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Região Norte	3.122	3.127	3.337	3.660	4.452	4.701
Rondônia	446	528	648	664	940	1.005
Acre	222	225	181	208	250	283
Amazonas	289	242	299	394	455	481
<b>Roraima</b>	<b>74</b>	<b>68</b>	<b>71</b>	<b>52</b>	<b>116</b>	<b>165</b>
Pará	1.506	1.495	1.511	1.596	1.818	1.964
Amapá	77	104	71	74	74	82
Tocantins	508	465	557	673	799	721

FONTE: CONAC - IBGE

**Tabela 5. Participação do Setor Agropecuário no Valor Adicionado Bruto da Região Norte - %**

Unidade da Federação	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Região Norte	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Rondônia	14,3%	16,9%	19,4%	18,1%	21,1%	21,4%
Acre	7,1%	7,2%	5,4%	5,7%	5,6%	6,0%
Amazonas	9,3%	7,7%	9,0%	10,8%	10,2%	10,2%
<b>Roraima</b>	<b>2,4%</b>	<b>2,2%</b>	<b>2,1%</b>	<b>1,4%</b>	<b>2,6%</b>	<b>3,5%</b>
Pará	48,2%	47,8%	45,3%	43,6%	40,8%	41,8%
Amapá	2,5%	3,3%	2,1%	2,0%	1,7%	1,7%
Tocantins	16,3%	14,9%	16,7%	18,4%	18,0%	15,3%

FONTE: CONAC - IBGE

O **Setor Industrial** da Região Norte no período mencionado participou com 26,5% do Valor Adicionado Bruto regional e está concentrado nos estados do Pará e Amazonas que participam com 86,1% da indústria regional. O Setor Industrial de Roraima, formado essencialmente por micro e pequenas empresas, revela padrão tecnológico de perfil bem tradicional, com destaques para os segmentos de alimentação (panificação), madeireiro e mobiliário, minerais não metálicos e metalúrgicos (fabricação de estruturas e esquadrias metálicas). O crescimento do consumo de energia elétrica já na década de 90 aparece com certo destaque, suprido por duas empresas fornecedoras, uma que atende a capital e outra voltada para o interior do estado.

**Tabela 7. Valor Adicionado Bruto do Setor da Indústria da Região Norte Valores em R\$ milhões**

Unidade da Federação	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Região Norte	7.520	8.593	8.603	9.253	9.626	12.280
Rondônia	313	409	450	489	511	630
Acre	118	129	138	155	167	188
Amazonas	3.478	4.108	3.834	4.390	4.431	5.686
<b>Roraima</b>	<b>175</b>	<b>183</b>	<b>202</b>	<b>204</b>	<b>196</b>	<b>170</b>
Pará	3.117	3.399	3.577	3.662	3.936	4.890
Amapá	250	284	311	251	270	293
Tocantins	69	81	92	102	115	423

FONTE: CONAC - IBGE

A participação da indústria roraimense no setor industrial da Região Norte revela-se declinante no período, pois mudou de 2,3%, em 1995, para 1,4%, em 2000, segundo dados da Tabela 8, evidenciando o baixíssimo nível de industrialização de Roraima, quando comparado com os demais estados nortistas.

**Tabela 8. Participação do Setor da Indústria no Valor Adicionado Bruto da Região Norte - %**

Unidade da Federação	1995	1996	1997	1998	1999	2000
REGIÃO NORTE	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Rondônia	4,2%	4,8%	5,2%	5,3%	5,3%	5,1%
Acre	1,6%	1,5%	1,6%	1,7%	1,7%	1,5%
Amazonas	46,3%	47,8%	44,6%	47,4%	46,0%	46,3%
<b>Roraima</b>	<b>2,3%</b>	<b>2,1%</b>	<b>2,3%</b>	<b>2,2%</b>	<b>2,0%</b>	<b>1,4%</b>
Pará	41,4%	39,6%	41,6%	39,6%	40,9%	39,8%
Amapá	3,3%	3,3%	3,6%	2,7%	2,8%	2,4%
Tocantins	0,9%	0,9%	1,1%	1,1%	1,2%	3,4%

FONTES: CONAC - IBGE

O Setor de Serviços participa na formação do PIB regional com R\$ 15,9 bilhões (1995) e R\$ 29,4 bilhões (2000) que representam, em média, 63,4%, do Valor Adicionado Bruto total. Os estados do Pará (28,3% e 34,6%) e do Amazonas (34,6% e 36,20%) concentram a produção terciária, segundo os dados de 1995 e 2000 (Tabela 9).

**Tabela 9. Valor Adicionado Bruto do Setor de Serviços da Região Norte - Valores em R\$ milhões**

Unidades da Federação	1995	1996	1997	1998	1999	2000
NORTE	15.974	20.676	23.047	24.335	26.150	29.420
Rondônia	2.123	2.625	2.961	3.249	3.489	3.702
Acre	841	1.043	1.168	1.232	1.347	1.548
Amazonas	4.522	5.867	6.532	6.755	7.118	8.149
<b>Roraima</b>	<b>706</b>	<b>875</b>	<b>942</b>	<b>1.001</b>	<b>1.166</b>	<b>1.309</b>
Pará	5.534	7.463	8.243	8.690	9.506	10.658
Amapá	1.116	1.354	1.566	1.623	1.686	1.857
Tocantins	1.132	1.449	1.635	1.784	1.838	2.197

FONTES: CONAC - IBGE

À exceção do Pará e do Amazonas, observa-se que no período mencionado, nos demais estados nortistas, a atividade de maior peso na formação do PIB ancora-se na Administração Pública. O Setor de Serviços de Roraima representa 77,9% do seu Valor Adicionado Bruto, onde a Administração Pública compõe a principal atividade do setor terciário, sendo responsável por 44,4% da sua economia. Ainda nesse período se destacam os serviços de Comunicação que apresentaram crescimento real expressivo de 1998 em diante. A ampliação do sistema de telefonia fixa e da telefonia móvel que ocorreram com a chegada de várias prestadoras desses serviços na região está na raiz desse dinamismo associado ao incremento da demanda. O Comércio vem a seguir como fonte de crescimento da economia terciária roraimense, seguido pela Construção Civil e a Agropecuária.

**Tabela 10. Participação do Setor de Serviços no Valor Adicionado Bruto da Região Norte - %**

Unidades da Federação	1995	1996	1997	1998	1999	2000
NORTE	3,89	4,06	4,05	4,08	4,11	4,32
Rondônia	0,52	0,52	0,52	0,55	0,55	0,54
Acre	0,20	0,21	0,21	0,21	0,21	0,23
Amazonas	1,10	1,15	1,15	1,13	1,12	1,20
Roraima	0,17	0,17	0,17	0,17	0,18	0,19
Pará	1,35	1,47	1,45	1,46	1,49	1,56
Amapá	0,27	0,27	0,28	0,27	0,26	0,27
Tocantins	0,28	0,28	0,29	0,30	0,29	0,32

FONTE: CONAC - IBGE

### 2.1.3. Evolução das atividades econômicas da Região Norte

No período de 1995 a 2000, as atividades econômicas que se destacaram no crescimento em volume acumulado do Valor Adicionado Bruto do Setor Secundário foram a Indústria de Transformação (34,4%), da Produção e Distribuição de Eletricidade e Gás, Água, Esgoto e Limpeza Urbana (19,7%) e no Setor de Serviços, as atividades de Serviços de Intermediação Financeira, Seguros e Previdência Complementar (26,8%) e a Administração Pública (18,9%). A Agropecuária cresceu apenas 5,0% no período.

**Tabela 11. Valor Adicionado a preço básico dos Setores de Atividade da Região Norte – Valores em R\$ milhões**

Setor de Atividade	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Primário	3.122	3.127	3.337	3.660	4.452	4.701
Secundário	7.520	8.593	8.603	9.253	9.626	12.280
Serviços	15.974	20.676	23.047	24.335	26.150	29.420
<b>Total</b>	<b>26.616</b>	<b>32.396</b>	<b>34.987</b>	<b>37.249</b>	<b>40.228</b>	<b>46.401</b>

FONTE: CGEES - SEPLAN/RR

**Tabela 12. Participação dos Setores de Atividades no Valor Adicionado da Região Norte - %**

Setor de Atividade	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Primário	5,8%	5,5%	5,4%	5,5%	5,5%	5,6%
Secundário	27,5%	26,0%	26,1%	25,7%	25,9%	27,7%
Serviços	66,7%	68,5%	68,5%	68,8%	68,6%	66,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

FONTE: CGEES - SEPLAN/RR

**Tabela 13. Principais atividades econômicas do Valor Adicionado Bruto da Região Norte – Valores em R\$ milhões**

Atividades Econômicas	1995	1996	1997	1998	1999	2000
<b>Região Norte</b>	<b>26.616</b>	<b>32.396</b>	<b>34.987</b>	<b>37.249</b>	<b>40.228</b>	<b>46.401</b>
Agropecuária	3.122	3.127	3.337	3.660	4.452	4.701
Indústria Extrativa Mineral	705	937	923	1.020	1.114	1.844
Indústria de Transformação	4.798	5.364	5.185	5.469	5.634	7.188
Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás, Água e Esgoto	486	547	549	710	787	687
Construção	1.531	1.745	1.946	2.054	2.091	2.562
Comércio	3.027	3.148	3.544	3.620	3.848	4.428
Intermediação Financeira	524	911	948	1.087	1.082	1.140
Administração Pública	6.216	7.302	7.914	8.869	9.681	10.439
Outros Serviços	6.206	9.315	10.640	10.759	11.539	13.412

FONTE: CONAC - IBGE

**Tabela 14. Participação das principais atividades econômicas do Valor Adicionado Bruto da Região Norte – %**

Atividades Econômicas	1995	1996	1997	1998	1999	2000
<b>Região Norte</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Agropecuária	11,7%	9,7%	9,5%	9,8%	11,1%	10,1%
Indústria Extrativa Mineral	2,6%	2,9%	2,6%	2,7%	2,8%	4,0%
Indústria de Transformação	18,0%	16,6%	14,8%	14,7%	14,0%	15,5%
Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás, Água e Esgoto e Limpeza Urbana	1,8%	1,7%	1,6%	1,9%	2,0%	1,5%
Construção	5,8%	5,4%	5,6%	5,5%	5,2%	5,5%
Comércio	11,4%	9,7%	10,1%	9,7%	9,6%	9,5%
Intermediação Financeira	2,0%	2,8%	2,7%	2,9%	2,7%	2,5%
Administração Pública	<b>23,4%</b>	<b>22,5%</b>	<b>22,6%</b>	<b>23,8%</b>	<b>24,1%</b>	<b>22,5%</b>
Outros Serviços	23,3%	28,8%	30,4%	28,9%	28,7%	28,9%

FONTE: CONAC - IBGE

As tabelas abaixo mostram a participação de cada atividade econômica no Valor Adicionado Bruto dos estados que compõem a Região Norte, nos anos de 1995 a 2000. Observa-se que no período mencionado, a atividade Administração Pública representa a principal fonte das economias do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima; a exceção fica com o Amazonas e o Pará, onde a indústria aparece como a atividade de destaque e o Tocantins, em que as principais atividades econômicas são alicerçadas pela Agropecuária e pela Administração Pública.

**Tabela 15. Participação das Atividades Econômicas no Valor Adicionado Bruto dos Estados da Região Norte - %**

<i>Acre</i>						
<b>Atividades econômicas</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	18,81	16,11	12,16	13,03	14,17	14,04
Indústria	9,99	9,23	9,30	9,74	9,47	9,29
Indústria extrativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria de transformação	1,52	1,48	1,46	1,42	1,50	1,57
Eletricidade, água e esgoto	1,64	1,28	0,92	1,19	1,23	1,24
Construção civil	6,82	6,48	6,92	7,13	6,74	6,48
Serviços	71,20	74,65	78,54	77,23	76,36	76,67
Comércio	9,66	8,75	9,84	9,90	9,84	9,93
Intermediação financeira	1,67	1,86	1,67	1,86	1,51	1,67
Administração Pública	38,48	36,06	37,20	38,57	37,36	35,46
Outros serviços	21,38	27,98	29,83	26,90	27,65	29,62

<i>Amapá</i>						
<b>Atividades econômicas</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	5,34	5,94	3,66	3,79	3,66	3,66
Indústria	17,32	16,32	15,95	12,88	13,30	13,14
Indústria extrativa	0,81	0,94	0,86	0,14	1,06	1,31
Indústria de transformação	7,13	6,52	6,43	4,16	4,30	4,18
Eletricidade, água e esgoto	0,31	0,83	0,76	1,07	0,93	1,15
Construção civil	9,07	8,03	7,89	7,51	7,01	6,49
Serviços	77,34	77,73	80,39	83,33	83,04	83,20
Comércio	11,08	9,97	10,85	10,03	10,55	10,99
Intermediação financeira	2,32	1,87	1,73	1,52	1,49	1,37
Administração Pública	47,14	45,12	43,08	46,40	46,75	43,60
Outros serviços	16,81	20,78	24,72	25,37	24,24	27,24

<i>Roraima</i>						
<b>Atividades econômicas</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	7,72	6,05	5,82	4,15	7,83	10,04
Indústria	18,32	16,24	16,61	16,20	13,26	10,33
Indústria extrativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria de transformação	8,02	6,45	6,15	6,02	4,17	3,47

Eletricidade, água e esgoto	1,82	1,66	2,03	2,77	2,91	1,03
Construção civil	8,48	8,13	8,43	7,41	6,18	5,82
Serviços	73,96	77,72	77,57	79,66	78,90	79,63
Comércio	13,65	11,82	11,82	11,73	9,90	9,89
Intermediação financeira	0,49	0,58	0,64	0,70	0,68	1,30
Administração Pública	41,51	42,21	42,79	46,65	46,26	47,15
Outros serviços	18,33	23,11	22,32	20,58	22,06	21,29

*Rondônia*

Atividades econômicas	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	15,47	14,82	15,96	15,08	19,03	18,83
Indústria	10,87	11,47	11,08	11,11	10,35	11,81
Indústria extrativa	0,37	0,44	0,40	0,38	0,46	0,54
Indústria de transformação	5,78	5,78	5,57	5,20	5,53	6,79
Eletricidade, água e esgoto	0,84	0,59	0,82	1,07	0,70	0,69
Construção civil	3,87	4,66	4,30	4,46	3,67	3,79
Serviços	73,66	73,71	72,96	73,81	70,63	69,36
Comércio	10,50	8,54	8,95	8,58	9,08	9,79
Intermediação financeira	1,52	1,20	1,58	1,67	1,44	1,67
Administração Pública	38,16	36,03	34,43	36,38	34,42	32,41
Outros serviços	23,48	27,94	28,01	27,18	25,69	25,50

*Amazonas*

Atividades econômicas	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	3,49	2,37	2,81	3,41	3,79	3,36
Indústria	41,96	40,21	35,95	38,05	36,91	39,72
Indústria extrativa	0,06	0,07	0,06	0,40	0,78	1,86
Indústria de transformação	34,68	33,41	28,22	29,45	27,73	31,37
Eletricidade, água e esgoto	2,75	2,76	2,77	3,46	3,68	2,18
Construção civil	4,47	3,97	4,91	4,75	4,73	4,31
Serviços	54,55	57,42	61,24	58,54	59,30	56,92
Comércio	12,54	10,38	11,21	10,18	9,48	9,45
Intermediação financeira	1,81	2,05	2,31	2,40	2,30	1,91
Administração Pública	16,25	15,39	15,90	17,07	17,71	16,35
Outros serviços	23,94	29,61	31,82	28,90	29,80	29,21

<i>Pará</i>						
<b>Atividades econômicas</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	14,83	12,10	11,33	11,44	11,91	11,22
Indústria	30,69	27,51	26,83	26,25	25,79	27,92
Indústria extrativa	6,67	7,26	6,63	6,84	6,40	8,68
Indústria de transformação	14,93	12,00	12,43	11,40	11,63	11,71
Eletricidade, água e esgoto	1,64	1,37	1,11	1,16	1,29	1,38
Construção civil	7,44	6,88	6,66	6,85	6,47	6,16
Serviços	54,48	60,39	61,84	62,30	62,30	60,86
Comércio	10,56	9,13	9,22	9,29	9,38	9,08
Intermediação financeira	2,31	4,49	3,91	4,37	4,02	3,34
Administração Pública	17,73	17,27	17,26	17,89	18,50	17,59
Outros serviços	23,88	29,50	31,45	30,75	30,41	30,86

<i>Tocantins</i>						
<b>Atividades econômicas</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	29,70	23,31	24,39	26,31	29,04	21,57
Indústria	4,06	4,04	4,01	3,99	4,18	12,66
Indústria extrativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria de transformação	2,53	2,79	3,10	2,86	3,01	3,06
Eletricidade, água e esgoto	1,46	1,18	0,84	1,05	1,08	0,88
Construção civil	0,07	0,07	0,08	0,07	0,08	8,72
Serviços	66,24	72,65	71,60	69,71	66,79	65,77
Comércio	12,17	11,36	11,21	10,58	10,73	10,60
Intermediação financeira	2,19	1,96	2,17	2,29	2,01	3,25
Administração Pública	25,61	27,43	26,67	27,23	26,91	24,70
Outros serviços	26,26	31,90	31,55	29,61	27,14	27,22

FONTE: CONAC – IBGE Elaboração: CGEES – SEPLAN/RR

#### **2.1.4. A Administração Pública**

A finalidade da Administração Pública é prestar serviços que atendam as necessidades coletivas e prover o bem estar da sociedade, envolvendo as atividades dos agentes econômicos, segurança, defesa civil, justiça, saúde e educação pública e ainda, a seguridade social no que se refere aos fundos de previdência obrigatórios, a concessão de

aposentadoria, pensão, auxílio - doença e outros, financiados principalmente pelos impostos, taxas e contribuições sociais.

A Administração Pública aqui referida diz respeito aos órgãos das esferas federal, estadual e municipal e suas atuações em cada estado. As Contas Regionais utilizam os balanços consolidados dos estados e municípios, e para a esfera federal, as Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas do IBGE. As principais fontes são o Sistema Integrado da Administração Financeira - SIAFI e o Sistema de Finanças do Brasil - FINBRA da Secretaria do Tesouro Nacional. A metodologia inclui, ainda, o cálculo do consumo do capital fixo (depreciação de máquinas, equipamentos e instalações) da administração pública das três esferas do governo.

Destaca-se no período de 1995 a 2000, a grande dependência da economia dos estados do Acre, Amapá e Roraima das despesas da Administração Pública que, como veremos, são basicamente financiadas pelas transferências governamentais, heranças tanto da condição político-institucional de territórios federais, quanto de condições geoeconômicas e geopolíticas específicas que enfrentam.

**Tabela 16 - Participação da Administração no Valor Adicionado Bruto  
Brasil, Região Norte e Estados - %**

Unidades da Federação	1995	1996	1997	1998	1999	2000
BRASIL	15,6	15,3	14,7	15,1	15,2	14,9
NORTE	23,4	22,5	22,6	23,8	24,1	22,5
Rondônia	38,2	36,0	34,4	36,4	34,4	32,4
Acre	38,5	36,1	37,2	38,6	37,4	35,5
Amazonas	16,3	15,4	15,9	17,1	17,7	16,4
Roraima	41,5	42,2	42,8	46,6	46,3	47,1
Pará	17,7	17,3	17,3	17,9	18,5	17,6
Amapá	47,1	45,1	43,1	46,4	46,8	43,6
Tocantins	25,6	27,4	26,7	27,2	26,9	24,7

FONTE: CONAC - IBGE

Elaboração: CGEES - SEPLAN/RR

### 2.1.5 O crescimento real do PIB de Roraima

A Tabela 16 mostra a variação real do PIB de Roraima, da população utilizada para o cálculo do PIB per capita e a do PIB per capita referente ao período de 1995 a 2000.

No acumulado, o crescimento da população foi 20,6% no período, enquanto que a variação real do PIB foi de 14,6%, o que resulta numa queda no crescimento real médio da renda per capita de -5,0%.

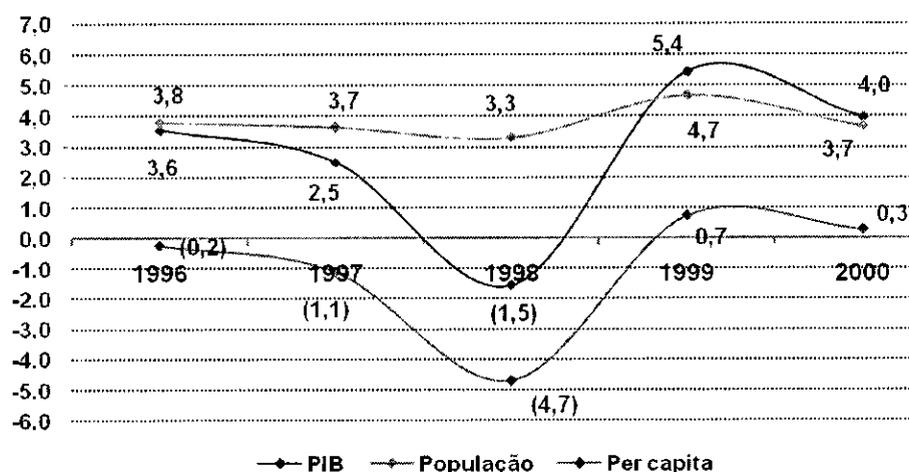
No ano de 1999, Roraima atingiu o melhor crescimento do período (5,4%); os produtos como o milho, a mandioca, banana principalmente, retomaram a sua produção após um período de estiagem e da queimada ocorrida no ano anterior, resultando numa variação do crescimento do volume do Valor Adicionado Bruto de 26,7%. O consumo de energia elétrica também apresentou uma variação de volume de 63,3% no período de 1995 a 2000.

Tabela 16. Crescimento real do PIB, da população e do PIB per capita do Estado de Roraima.

Ano	PIB preço ano corrente R\$ milhões	PIB preço ano anterior R\$ milhões	Variação anual em volume %	População estimada	Variação anual da população %	PIB per capita		
						Preço corrente R\$	Preço ano anterior R\$	Variação real anual %
1995	1.004	-	-	274.651	-	3.656	-	-
1996	1.188	1.040	3,6	285.094	3,8	4.166	3.648	(0,2)
1997	1.284	1.217	2,5	295.502	3,7	4.346	4.120	(1,1)
1998	1.347	1.264	(1,5)	305.280	3,3	4.412	4.142	(4,7)
1999	1.570	1.420	5,4	319.558	4,7	4.912	4.445	0,7
2000	1.777	1.632	4,0	331.306	3,7	5.363	4.925	0,3

FONTE: CGEES – SEPLAN/RR

Gráfico 1. Crescimento real do PIB de Roraima - 1995 a 2000 - %



FONTE: CGEES - SEPLAN/RR

## 2.2 O período de 2001 a 2010

Em 2010, o Produto Interno Bruto da Região Norte atingiu o valor de R\$ 201.511 milhões a preço de mercado corrente, sendo que os estados do Amazonas e do Pará são responsáveis por 68,3% dessa economia.

O PIB do Estado de Roraima em 2010 foi de R\$ 6.341 milhões a preço de mercado corrente, ocupando a 27ª posição no *ranking* brasileiro, com a participação média de 0,16% no PIB nacional e média de 3,5% de participação no regional no período em referência.

**Tabela 17. Produto Interno Bruto do Brasil, Região Norte e Estados a preço de mercado corrente – Valores em R\$ milhões**

Unidades da Federação	2001	2002	2003	2004	2005
BRASIL	1.302.135	1.477.822	1.699.948	1.941.498	2.147.239
NORTE	59.074	69.310	81.200	96.012	106.442
Rondônia	6.549	7.780	9.751	11.260	12.884
Acre	2.475	2.868	3.305	3.940	4.483
Amazonas	18.050	21.791	24.977	30.314	33.352
<b>Roraima</b>	<b>2.033</b>	<b>2.313</b>	<b>2.737</b>	<b>2.811</b>	<b>3.179</b>
Pará	22.321	25.659	29.755	35.563	39.121
Amapá	2.802	3.292	3.434	3.846	4.361
Tocantins	4.843	5.607	7.241	8.278	9.061

FONTE: CONAC – IBGE

Continua

**Tabela 17. Produto Interno Bruto do Brasil, Região Norte e Estados a preço de mercado corrente – Valores em R\$ milhões**

Unidades da Federação	Conclusão				
	2006	2007	2008	2009	2010
BRASIL	2.369.484	2.661.345	3.032.203	3.239.404	3.770.085
NORTE	119.993	133.578	154.703	163.208	201.511
Rondônia	13.107	15.003	17.888	20.236	23.561
Acre	4.835	5.761	6.730	7.386	8.477
Amazonas	39.157	42.023	46.823	49.614	59.779
<b>Roraima</b>	<b>3.660</b>	<b>4.169</b>	<b>4.889</b>	<b>5.593</b>	6.341
Pará	44.370	49.507	58.519	58.402	77.848
Amapá	5.260	6.022	6.765	7.404	8.266
Tocantins	9.605	11.094	13.090	14.571	17.240

FONTE: CONAC -- IBGE

Dados de 2010 sujeitos à revisão

**Tabela 18. Participação da Região Norte no PIB do Brasil**

Unidades da Federação	2001	2002	2003	2004	2005
BRASIL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
NORTE	4,54%	4,69%	4,78%	4,95%	4,96%
Rondônia	0,50%	0,53%	0,57%	0,58%	0,60%
Acre	0,19%	0,19%	0,19%	0,20%	0,21%
Amazonas	1,39%	1,47%	1,47%	1,56%	1,55%
Roraima	0,16%	0,16%	0,16%	0,14%	0,15%
Pará	1,71%	1,74%	1,75%	1,83%	1,82%
Amapá	0,22%	0,22%	0,20%	0,20%	0,20%
Tocantins	0,37%	0,38%	0,43%	0,43%	0,42%

FONTE: CONAC – IBGE Continua

**Tabela 18. Participação da Região Norte no PIB do Brasil**

Unidades da Federação	2006	2007	2008	2009	2010
BRASIL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
NORTE	5,06%	5,02%	5,10%	5,04%	<b>5,34%</b>
Rondônia	0,55%	0,56%	0,59%	0,62%	0,62%
Acre	0,20%	0,22%	0,22%	0,23%	0,22%
Amazonas	1,65%	1,58%	1,54%	1,53%	1,59%
Roraima	0,15%	0,16%	0,16%	0,17%	0,17%
Pará	1,87%	1,86%	1,93%	1,80%	2,06%
Amapá	0,22%	0,23%	0,22%	0,23%	0,22%
Tocantins	0,41%	0,42%	0,43%	0,45%	0,46%

FONTE: CONAC -- IBGE Conclusão  
Dados de 2010 sujeitos à revisão

### 3.2.1. O crescimento real do PIB

O PIB de Roraima obteve, no período de 2001/2010, crescimento médio real de 5,0%, sendo 77,8% o acumulado no período em referência. Os anos de 2004 e 2007 foram os únicos anos em que o PIB roraimense teve crescimento menor que o nacional e na média do período também foi superior à média da Região Norte.

Destaca-se o ano de 2010 quando atingiu a média de 9,6%, acompanhando assim, o crescimento global dos demais estados da Região Norte.

**Tabela 19. O crescimento real do PIB do Brasil, Região Norte e Estados.**

Unidades da Federação	2001	2002	2003	2004	2005
BRASIL	1,3%	2,7%	1,1%	5,7%	3,2%
NORTE	3,4%	5,1%	6,0%	8,5%	6,7%
Rondônia	4,4%	8,1%	5,6%	9,5%	4,5%
Acre	3,8%	4,4%	3,9%	7,6%	7,4%
Amazonas	2,8%	5,9%	4,6%	10,3%	10,4%
<b>Roraima</b>	<b>7,3%</b>	<b>8,1%</b>	<b>3,4%</b>	<b>5,5%</b>	<b>4,4%</b>
Pará	3,5%	3,6%	6,4%	7,2%	4,2%
Amapá	6,2%	6,9%	7,9%	8,0%	6,3%
Tocantins	0,8%	3,0%	10,5%	8,2%	7,4%

FONTE: CGEES – SEPLAN/RR  
Dados de 2010, sujeitos à revisão

Continua

**Tabela 19. Crescimento real acumulado do PIB do Brasil, Região Norte e Estados**

Unidades da Federação	Conclusão				
	2006	2007	2008	2009	2010
BRASIL	4,0%	6,1%	5,2%	-0,3%	7,5%
NORTE	4,8%	3,8%	4,8%	-0,3%	9,9%
Rondônia	3,6%	5,2%	3,2%	7,3%	12,6%
Acre	5,4%	6,5%	6,9%	1,2%	10,9%
Amazonas	2,6%	4,5%	4,5%	-2,0%	10,0%
<b>Roraima</b>	<b>6,3%</b>	<b>2,6%</b>	<b>7,6%</b>	<b>4,6%</b>	<b>9,6%</b>
Pará	7,1%	2,2%	4,9%	-3,2%	8,0%
Amapá	5,8%	5,1%	2,9%	4,0%	8,0%
Tocantins	3,1%	4,7%	6,1%	3,8%	14,2%

FONTE: CGEES – SEPLAN/RR

Dados de 2010 sujeitos à revisão

### 3.2.2. Os setores de atividades

No período de 2001 a 2010, o **Setor da Agropecuária** da Região Norte representa 5,8% do PIB regional, concentrando-se no Estado do Pará (41,2%) e no Estado de Rondônia (21,4%).

A participação de Roraima na Agropecuária regional passa a ser de somente 1,6% em 2010, motivada pela diminuição da área plantada da lavoura temporária (48,8%), com consequente queda na produção de cereais (44,6%), como arroz, milho e soja, principalmente a partir de 2005.

**Tabela 20. Valor Adicionado Bruto do Setor Agropecuário da Região Norte - Valores em R\$ milhões**

Unidades da Federação	2001	2001	2003	2004	2005
Região Norte	5.592	7.428	9.227	9.157	9.945
Rondônia	1.038	1.374	2.000	2.205	2.347
Acre	392	450	599	666	822
Amazonas	546	1.311	1.268	1.169	1.459
<b>Roraima</b>	199	212	277	287	226
Pará	2.373	2.902	3.163	2.923	3.157
Amapá	108	130	96	117	130
Tocantins	937	1.047	1.824	1.790	1.803

FONTE: CONAC - IBGE

Continua

**Tabela 20. Valor Adicionado Bruto do Setor Agropecuário da Região Norte - Valores em R\$ milhões**

Unidade da Federação	Conclusão				
	2006	2007	2008	2009	2010
Região Norte	10.346	11.383	13.606	14.709	17.097
Rondônia	2.246	2.700	3.662	4.257	4.472
Acre	739	906	1.150	1.172	1.463
Amazonas	1.647	1.679	2.053	2.144	3.104
<b>Roraima</b>	259	257	290	291	276
Pará	3.664	3.804	3.737	3.862	4.676
Amapá	185	240	239	224	246
Tocantins	1.607	1.796	2.474	2.759	2.860

FONTE: CONAC - IBGE

Dados de 2010 sujeitos à revisão

**Tabela 21. Participação do Setor Agropecuário no Valor Adicionado Bruto da Região Norte**

Unidades da Federação	2001	2001	2003	2004	2005
Região Norte	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Rondônia	18,6%	18,5%	21,7%	24,1%	23,6%
Acre	7,0%	6,1%	6,5%	7,3%	8,3%
Amazonas	9,8%	17,7%	13,7%	12,8%	14,7%
<b>Roraima</b>	3,6%	2,9%	3,0%	3,1%	2,3%
Pará	42,4%	39,1%	34,3%	31,9%	31,7%
Amapá	1,9%	1,8%	1,0%	1,3%	1,3%
Tocantins	16,7%	14,1%	19,8%	19,6%	18,1%

FONTE: CONAC - IBGE

Continua

**Tabela 21. Participação do Setor Agropecuário no Valor Adicionado Bruto da Região Norte - %**

Unidade da Federação	Conclusão				
	2006	2007	2008	2009	2010
Região Norte	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Rondônia	21,7%	23,7%	26,9%	28,9%	26,2%
Acre	7,1%	8,0%	8,5%	8,0%	8,6%
Amazonas	15,9%	14,8%	15,1%	14,6%	18,2%
<b>Roraima</b>	2,5%	2,3%	2,1%	2,0%	1,6%
Pará	35,4%	33,4%	27,5%	26,3%	27,4%
Amapá	1,8%	2,1%	1,8%	1,5%	1,4%
Tocantins	15,5%	15,8%	18,2%	18,8%	16,7%

FONTE: CONAC - IBGE

Dados de 2010 sujeitos à revisão

No período de 2001 a 2010, o **Setor Industrial** da Região Norte participa com 34,1% do Valor Adicionado Bruto regional e está concentrada principalmente nos estados do Pará e do Amazonas que detém 84,1% da indústria regional, aquele pela sua indústria extrativa e este pelo seu pólo industrial (PIM).

O setor industrial de Roraima tem participação relativa pouco representativa na Indústria da região no período mencionado (1,3%), muito embora tenha apresentado aumento de 81,4% no volume do Valor Adicionado Bruto estadual, destacando-se o aumento do consumo de energia e a recuperação da BR-174.

**Tabela 22. Valor Adicionado Bruto do Setor da Indústria da Região Norte - Valores em R\$ milhões**

Unidade da Federação	2001	2002	2003	2004	2005
REGÃO NORTE	15.124	18.076	21.284	26.799	29.135
Rondônia	768	968	1.059	1.268	1.598
Acre	233	280	283	526	473
Amazonas	6.586	8.034	9.450	11.629	12.323
<b>Reraima</b>	196	255	377	270	326
Pará	5.985	6.957	8.345	10.811	11.697
Amapá	345	398	428	377	462
Tocantins	1.011	1.184	1.342	1.917	2.256

FONTE: CONAC - IBGE

Continua

**Tabela 20. Valor Adicionado Bruto do Setor da Indústria da Região Norte - Valores em R\$ milhões**

Unidade da Federação	Conclusão				
	2006	2007	2008	2009	2010
<b>REGIÃO NORTE</b>	<b>33.468</b>	<b>34.778</b>	<b>41.593</b>	<b>40.055</b>	<b>61.010</b>
Rondônia	1.641	1.948	1.980	2.227	3.046
Acre	567	773	770	862	1.105
Amazonas	15.067	14.850	15.715	17.317	21.925
<b>Roraima</b>	<b>368</b>	<b>440</b>	<b>574</b>	<b>655</b>	<b>758</b>
Pará	13.279	13.780	19.155	15.313	29.408
Amapá	460	557	595	635	765
Tocantins	2.086	2.430	2.805	3.047	4.002

FONTE: CONAC - IBGE

Dados de 2010 sujeitos à revisão

**Tabela 23. Participação do Setor da Indústria no Valor Adicionado da Região Norte**

Unidade da Federação	2001	2002	2003	2004	2005
<b>REGIÃO NORTE</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Rondônia	5,1%	5,4%	5,0%	4,7%	5,5%
Acre	1,5%	1,5%	1,3%	2,0%	1,6%
Amazonas	43,5%	44,4%	44,4%	43,4%	42,3%
<b>Roraima</b>	<b>1,3%</b>	<b>1,4%</b>	<b>1,8%</b>	<b>1,0%</b>	<b>1,1%</b>
Pará	39,6%	38,5%	39,2%	40,3%	40,1%
Amapá	2,3%	2,2%	2,0%	1,4%	1,6%
Tocantins	6,7%	6,6%	6,3%	7,2%	7,7%

FONTE: CONAC - IBGE

Continua

**Tabela 23. Participação do Setor da Indústria no Valor Adicionado da Região Norte**

Unidade da Federação	Conclusão				
	2006	2007	2008	2009	2010
<b>REGIÃO NORTE</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100%</b>
Rondônia	4,9%	5,6%	4,8%	5,6%	5,0%
Acre	1,7%	2,2%	1,9%	2,2%	1,8%
Amazonas	45,0%	42,7%	37,8%	43,2%	35,9%
<b>Roraima</b>	<b>1,1%</b>	<b>1,3%</b>	<b>1,4%</b>	<b>1,6%</b>	<b>1,2%</b>
Pará	39,7%	39,6%	46,1%	38,2%	48,2%
Amapá	1,4%	1,6%	1,4%	1,6%	1,3%
Tocantins	6,2%	7,0%	6,7%	7,6%	6,6%

FONTE: CONAC - IBGE

Dados de 2010 sujeitos à revisão

O **Setor de Serviços** da Região Norte enfeixa o conjunto de atividades econômicas de maior peso na formação do PIB regional com participação de 56,3% do total, fato que, por

si, não constitui diferencial para efeito de análise, pois constitui padrão geral das economias de modo geral. O diferencial nesse caso reside no fato de que, no período mencionado, na maioria dos estados, a atividade de maior peso no PIB diz respeito à Administração Pública, sendo exceções os estados do Pará e do Amazonas.

No caso de Roraima, o Setor de Serviços representa 88,2% do seu Valor Adicionado Bruto, em que a Administração Pública se destaca como sua atividade principal, sendo responsável por 49,7% da economia roraimense. O Comércio vem em segundo lugar como fonte da economia local, com participação de 11,2% no PIB estadual, seguido pelas Atividades Imobiliárias e Aluguel.

**Tabela 24. Valor Adicionado Bruto do Setor de Serviços da Região Norte - Valores em R\$ milhões**

Unidades da Federação	2001	2002	2003	2004	2005
<b>NORTE</b>	<b>31.805</b>	<b>35.813</b>	<b>41.322</b>	<b>48.684</b>	<b>54.808</b>
Rondônia	4.068	4.629	5.619	6.537	7.514
Acre	1.679	1.919	2.160	2.433	2.812
Amazonas	7.949	8.826	10.263	12.120	14.062
<b>Roraima</b>	<b>1.486</b>	<b>1.679</b>	<b>1.902</b>	<b>2.056</b>	<b>2.395</b>
Pará	11.951	13.339	15.288	18.592	20.409
Amapá	2.196	2.571	2.698	3.101	3.465
Tocantins	2.475	2.850	3.392	3.846	4.150

FONTE: CONAC – IBGE

Continua

**Tabela 24. Valor Adicionado Bruto do Setor de Serviços da Região Norte - Valores em R\$ milhões**

Unidades da Federação	2006	2007	2008	2009	2010
<b>NORTE</b>	<b>61.883</b>	<b>71.380</b>	<b>80.403</b>	<b>89.707</b>	<b>100.758</b>
Rondônia	7.660	8.651	10.276	11.586	13.298
Acre	3.081	3.596	4.273	4.762	5.175
Amazonas	16.263	18.445	20.230	22.258	24.956
<b>Roraima</b>	<b>2.755</b>	<b>3.132</b>	<b>3.639</b>	<b>4.207</b>	<b>4.785</b>
Pará	22.886	26.876	29.886	33.291	36.959
Amapá	4.253	4.824	5.484	6.040	6.666
Tocantins	4.985	5.856	6.616	7.563	8.918

FONTE: CONAC – IBGE

Dados de 2010 sujeitos à revisão

**Tabela 25. Participação do Setor de Serviços no Valor Adicionado Bruto da Região Norte - %**

Unidades da Federação	2001	2002	2003	2004	2005
<b>NORTE</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Rondônia	12,8%	12,9%	13,6%	13,4%	13,7%
Acre	5,3%	5,4%	5,2%	5,0%	5,1%
Amazonas	25,0%	24,6%	24,8%	24,9%	25,7%
<b>Roraima</b>	<b>4,7%</b>	<b>4,7%</b>	<b>4,6%</b>	<b>4,2%</b>	<b>4,4%</b>
Pará	37,6%	37,2%	37,0%	38,2%	37,2%
Amapá	6,9%	7,2%	6,5%	6,4%	6,3%
Tocantins	7,8%	8,0%	8,2%	7,9%	7,6%

FONTE: CONAC - IBGE

Continua

**Tabela 25. Participação do Setor de Serviços no Valor Adicionado Bruto da Região Norte - %**

Unidades da Federação	2006	2007	2008	2009	2010
<b>NORTE</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Rondônia	12,4%	12,1%	12,8%	12,9%	13,2%
Acre	5,0%	5,0%	5,3%	5,3%	5,1%
Amazonas	26,3%	25,8%	25,2%	24,8%	24,8%
<b>Roraima</b>	<b>4,5%</b>	<b>4,4%</b>	<b>4,5%</b>	<b>4,7%</b>	<b>4,7%</b>
Pará	37,0%	37,7%	37,2%	37,1%	36,7%
Amapá	6,9%	6,8%	6,8%	6,7%	6,6%
Tocantins	8,1%	8,2%	8,2%	8,4%	8,9%

FONTE: CONAC - IBGE

Dados de 2010 sujeitos à revisão

### 3.2.3. Evolução das atividades econômicas da Região Norte

No período de 2001 a 2010, as atividades econômicas que se destacam no crescimento em volume acumulado do Valor Adicionado Bruto do Setor Secundário são: a Indústria de Transformação (34,4%), da Produção e Distribuição de Eletricidade e Gás, Água, Esgoto e Limpeza Urbana (19,7%) e no Setor de Serviços, as atividades de Serviços de Intermediação Financeira, Seguros e Previdência Complementar (26,8%) e a Administração Pública (18,9%). A Agropecuária cresceu apenas 5,0% no período.

**Tabela 26. Valor Adicionado a preço básico dos Setores de Atividade da Região Norte – Valores em R\$ milhões**

Setor de Atividade	2001	2002	2003	2004	2005
Primário	5.592	7.428	9.227	9.157	9.945
Secundário	15.124	18.076	21.284	26.799	29.135
Serviços	31.805	35.813	41.322	48.684	54.808
<b>Total</b>	<b>52.521</b>	<b>61.317</b>	<b>71.833</b>	<b>84.640</b>	<b>93.888</b>

FONTE: CGEES – SEPLAN/RR

Continua

**Tabela 26. Valor Adicionado a preço básico dos Setores de Atividade da Região Norte – Valores em R\$ milhões**

Setor de Atividade	Conclusão				
	2006	2007	2008	2009	2010
Primário	10.346	11.383	13.606	14.709	17.097
Secundário	33.468	34.778	41.593	40.055	61.010
Serviços	61.883	71.380	80.403	89.707	100.758
<b>Total</b>	<b>105.698</b>	<b>117.541</b>	<b>135.602</b>	<b>144.471</b>	<b>178.865</b>

FONTE: CGEES – SEPLAN/RR

Dados de 2010 sujeitos à revisão

**Tabela 27. Participação dos Setores de Atividades da Região Norte**

Setor de Atividade	2001	2002	2003	2004	2005
Primário	6,0%	6,6%	7,4%	6,9%	5,7%
Secundário	26,9%	27,1%	27,8%	30,1%	29,3%
Serviços	67,1%	66,3%	64,8%	63,0%	65,0%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Crescimento</b>	<b>3,4%</b>	<b>5,1%</b>	<b>6,0%</b>	<b>8,5%</b>	<b>6,7%</b>

FONTE: CGEES – SEPLAN/RR

Continua

**Tabela 27. Participação dos Setores de Atividades da Região Norte**

Setor de Atividade	Conclusão				
	2006	2007	2008	2009	2010
Primário	5,5%	5,6%	5,9%	5,6%	5,3%
Secundário	28,8%	27,8%	27,9%	26,8%	28,1%
Serviços	65,8%	66,6%	66,2%	67,5%	66,6%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Crescimento</b>	<b>4,8%</b>	<b>3,8%</b>	<b>4,8%</b>	<b>-0,3%</b>	<b>10,0%</b>

FONTE: CGEES – SEPLAN/RR

Dados de 2010 sujeitos à revisão

**Tabela 28. Evolução das atividades econômicas do Valor Adicionado Bruto da Região Norte – Valores em R\$ milhões**

Unidade da Federação	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Região Norte</b>	<b>52.521</b>	<b>61.317</b>	<b>71.833</b>	<b>84.640</b>	<b>93.888</b>
Agropecuária	5.592	7.428	9.227	9.157	9.945
Indústria Extrativa Mineral	1.894	1.955	2.350	3.266	3.730
Indústria de Transformação	8.447	10.211	12.110	14.775	16.042
Prod e Distrib de Eletric, Gás, Água e Esgoto e Limpeza Urbana	1.294	1.773	2.132	2.887	2.911
Construção	3.488	4.138	4.691	5.871	6.452
Comércio	4.945	5.430	7.425	9.474	10.118
Intermediação Financeira	1.267	1.542	1.765	1.702	2.319
Administração Pública	12.154	14.072	15.866	17.827	20.542
Outros Serviços	13.438	14.769	16.266	19.681	21.829

FONTE: CGEES – SEPLAN/RR

Continua

**Tabela 28. Evolução das atividades econômicas do Valor Adicionado Bruto da Região Norte – Valores em R\$ milhões**

Unidade da Federação	Conclusão				
	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Região Norte</b>	<b>105.698</b>	<b>117.541</b>	<b>135.602</b>	<b>144.471</b>	<b>178.865</b>
Agropecuária	10.346	11.383	13.606	14.709	17.097
Indústria Extrativa Mineral	4.024	3.789	8.578	5.910	17.725
Indústria de Transformação	19.007	18.680	19.263	19.586	24.951
Prod e Distrib de Eletric, Gás, Água e Esgoto e Limpeza Urbana	3.562	4.473	4.679	4.114	5.319
Construção	6.875	7.837	9.073	10.445	13.015
Comércio	10.922	13.805	16.065	17.705	19.432
Intermediação Financeira	2.737	3.273	3.233	3.805	4.636
Administração Pública	23.589	26.536	30.457	34.451	40.357
Outros Serviços	24.635	27.766	30.648	33.745	36.332

FONTE: CGEES – SEPLAN/RR

Dados de 2010 sujeitos à revisão

**Tabela 29. Participação das atividades econômicas do Valor Adicionado Bruto da Região Norte – Valores em R\$ milhões**

Unidade da Federação	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Região Norte</b>	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Agropecuária	10,6%	12,1%	12,8%	10,8%	10,6%
Indústria Extrativa Mineral	3,6%	3,2%	3,3%	3,9%	4,0%
Indústria de Transformação	16,1%	16,7%	16,9%	17,5%	17,1%
Prod e Distrib de Eletricidade e Gás, Água e Esgoto e Limpeza Urbana	2,5%	2,9%	3,0%	3,4%	3,1%
Construção	6,6%	6,7%	6,5%	6,9%	6,9%
Comércio	9,4%	8,9%	10,3%	11,2%	10,8%
Intermediação Financeira	2,4%	2,5%	2,5%	2,0%	2,5%
Administração Pública	<b>23,1%</b>	<b>22,9%</b>	<b>22,1%</b>	<b>21,1%</b>	<b>21,9%</b>
Outros Serviços	25,6%	24,1%	22,6%	23,3%	23,2%

FONTE: CGEES – SEPLAN/RR

Continua

**Tabela 29. Participação das atividades econômicas do Valor Adicionado Bruto da Região Norte – Valores em R\$ milhões**

Unidade da Federação	Conclusão				
	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Região Norte</b>	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Agropecuária	9,8%	9,7%	10,0%	10,2%	9,6%
Indústria Extrativa Mineral	3,8%	3,2%	6,3%	4,1%	9,9%
Indústria de Transformação	18,0%	15,9%	14,2%	13,6%	13,9%
Prod e Distrib de Eletricidade, Gás, Água e Esgoto e Limpeza Urbana	3,4%	3,8%	3,5%	2,8%	3,0%
Construção	6,5%	6,7%	6,7%	7,2%	7,3%
Comércio	10,3%	11,7%	11,8%	12,3%	10,9%
Intermediação Financeira	2,6%	2,8%	2,4%	2,6%	2,6%
Administração Pública	<b>22,3%</b>	<b>22,6%</b>	<b>22,5%</b>	<b>23,8%</b>	22,6%
Outros Serviços	23,3%	23,6%	22,6%	23,4%	20,3%

FONTE: CGEES – SEPLAN/RR

Dados de 2010 sujeitos à revisão

## 2.2.4 A participação da Administração Pública

Como na década anterior, a presença do setor público nos estados do Acre, Amapá e Roraima revela-se marcante, observando-se que em Rondônia essa influência vem diminuindo, resultado que provavelmente se associa às políticas públicas implantadas no estado de fortalecimento das atividades privadas de produção, principalmente da Agropecuária que apresenta crescimento médio de 6,7% na década

Assim, após o Distrito Federal, cuja economia tem em torno de 56% de participação da Administração Pública no seu PIB, Roraima, Amapá e Acre são os estados que organizam suas bases materiais de produção ancoradas na economia do setor público, dependentes das transferências de recursos constitucionais, legais e voluntários da União para financiamento de suas despesas públicas.

**Tabela 30. Participação da Administração no Valor Adicionado Bruto  
Brasil, Região Norte e Estados - %**

Unidades da Federação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
BRASIL	15,5	15,5	15,1	14,7	15,0	15,3	15,5	15,8	16,3	16,2
NORTE	23,1	22,9	22,1	21,1	21,9	22,3	22,6	22,5	23,8	22,6
Rondônia	33,2	31,8	27,3	27,1	27,5	31,1	28,8	27,9	28,0	28,3
Acre	35,2	36,0	35,6	33,2	33,4	35,8	34,3	33,4	33,5	33,4
Amazonas	17,8	17,2	16,8	15,8	16,7	17,0	16,8	17,8	17,8	17,5
Roraima	47,1	46,0	43,2	46,6	48,4	48,0	48,4	47,3	47,8	49,7
Pará	18,3	18,8	18,8	17,3	17,9	17,2	18,4	17,7	20,6	17,6
Amapá	42,5	41,6	43,2	45,1	45,9	45,5	44,8	46,2	46,1	48,1
Tocantins	22,3	22,3	20,5	20,3	21,4	24,6	24,5	23,8	24,4	25,4

FONTE: CGEES – SEPLAN/RR

Dados de 2010 sujeitos à revisão

### 3.2.5 O crescimento real do PIB de Roraima

Durante os anos de 2001 a 2010, o crescimento real acumulado da economia roraimense foi de 64,5% com a média anual de 5,9%. Destaca-se nesse período, o aumento da produção de cereais, notadamente o arroz até 2004, soja, banana e milho. Ocorreu a intensificação da telefonia móvel no início dos anos 2000, a construção civil, o aumento no volume de vendas do comércio varejista, os serviços de imobiliária e aluguel e mais recentemente, o setor de informação.

Os anos em que o crescimento econômico roraimense foi o maior da Região Norte foram 2001 (7,3%), 2002 (8,1%) juntamente com Rondônia e em 2008 (7,6%); sendo que em 2006, obteve o 2º maior crescimento regional (6,3%), atrás somente do Estado do Pará (7,1%).

A Tabela 31, a seguir, apresenta o crescimento real do PIB, da população e do PIB per capita de Roraima entre os anos de 2001 a 2010.

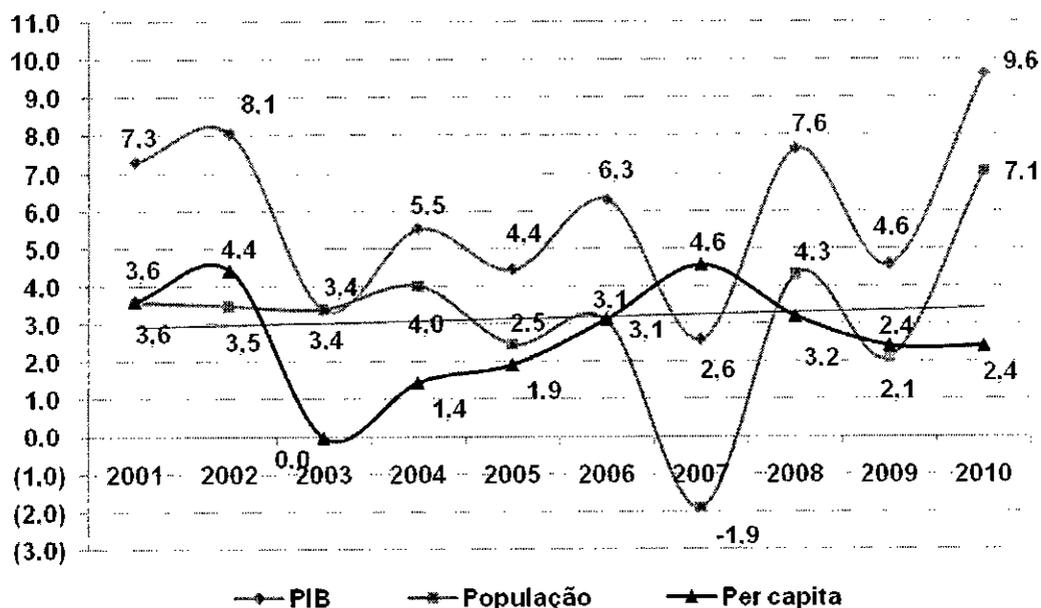
**Tabela 31. Crescimento real do PIB, da população e do PIB per capita do Estado de Roraima.**

Ano	PIB ano corrente R\$ milhões	A preço do ano anterior R\$ milhões	Variação anual em volume %	População estimada	Variação anual da população %	PIB per capita		
						Preço corrente R\$	Preço ano anterior R\$	Variação real anual %
2001	2.033	1.906	7,3	343.128	3,6	5.925	5.556	3,60
2002	2.313	2.197	8,1	355.075	3,5	6.513	6.187	4,42
2003	2.737	2.390	3,4	367.140	3,4	7.455	6.511	(0,03)
2004	2.811	2.888	5,5	381.896	4,0	7.361	7.563	1,44
2005	3.179	2.936	4,4	391.317	2,5	8.125	7.502	1,92
2006	3.660	3.380	6,3	403.344	3,1	9.074	8.379	3,13
2007	4.169	3.755	2,6	395.725	-1,9	10.534	9.489	4,56
2008	4.889	4.487	7,6	412.783	4,3	11.845	10.871	3,20
2009	5.593	5.114	4,6	421.499	2,1	13.270	12.132	2,42
2010	6.341	6.133	9,6	451.227	7,1	14.052	13.591	2,42

FONTE: CGEES - SEPLAN/RR

Dados de 2010 sujeitos à revisão

**Gráfico 2. Crescimento real do PIB de Roraima - 2001 a 2010 - %**



FONTE: CGEES - SEPLAN / RR

### III - A DINÂMICA SOCIAL E O MERCADO DE TRABALHO

#### 1. CONDIÇÕES DE VIDA

##### 1.1 A trajetória dos indicadores de pobreza (educação básica, média e superior; saúde e habitação)

###### 1.1.1 Indicador de pobreza

Ao divulgar os dados referentes ao Censo Demográfico de 2010, o IBGE delimitou uma linha de renda que demonstrasse um valor de renda per capita mensal mínimo que servisse de parâmetro para determinar o limite da pobreza no Brasil. Este valor foi estipulado em R\$ 70 mensais; logo, todos os domicílios cuja renda mensal per capita fosse igual ou inferior a R\$ 70, estaria dentro da linha de pobreza.

Tem-se então para o ano de 2010 os seguintes resultados:

**Tabela X - Domicílios na Linha de pobreza na Região Norte em 2010.**

Unidade da Federação	Total de Domicílio	Domicílios com renda per capita mensal igual ou inferior a R\$ 70	Percentual de domicílios na linha de pobreza
<b>Região Norte</b>	3.975.533	542.634	13,65%
Rondônia	455.599	32.886	7,22%
Acre	190.645	27.519	14,43%
Amazonas	799.629	115.967	14,50%
Roraima	115.844	15.626	13,49%
Pará	1.859.165	292.871	15,75%
Amapá	156.284	16.177	10,35%
Tocantins	398.367	41.588	10,44%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

O percentual de domicílios com renda mensal per capita igual ou inferior a R\$ 70 em Roraima situa-se em 13,49%, estando bem próximo da média da Região Norte que no mesmo período foi de 13,65%. O Estado que abriga o maior percentual de famílias pobres na região é o Pará, com 15,75%, enquanto Rondônia apresenta o menor percentual (7,22%), sendo também o único estado da região com índice menor que 10% de seus domicílios.

### 1.1.2 Indicador da educação básica

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) em 2007, reúne nesse indicador dois conceitos: o de fluxo escolar e o de média de desempenho nas avaliações. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). O IDEB apresenta dados para três períodos de séries diferentes. O primeiro refere-se a 4ª série / 5º ano do ensino fundamental; o segundo, da 8ª série / 9º ano do ensino fundamental; e o terceiro e último, sobre o 3º ano do ensino médio. Ou seja, mostra o desempenho dos alunos nos anos finais dos dois segmentos do ensino fundamental e do ensino médio.

Os dados do IDEB para a Região Norte apresentam certo padrão em relação aos estados que o compõem, onde mostra que os melhores resultados estão nos primeiros anos do ensino fundamental e os piores resultados estão no ano final do ensino médio, como pode ser observado na tabela abaixo.

**Tabela X - Resultados do IDEB para a 4ª série / 5º ano do ensino fundamental na Região Norte.**

Unidades da Federação	2005		2007		2009		2011	
	Observado	Meta	Observado	Meta	Observado	Meta	Observado	
Tocantins	3,5	3,6	4,1	3,9	4,5	4,3	4,9	
Rondônia	3,6	3,7	4,0	4,0	4,3	4,5	4,7	
Roraima	3,7	3,8	4,1	4,1	4,3	4,5	4,7	
Acre	3,4	3,5	3,8	3,8	4,3	4,3	4,6	
Amazonas	3,1	3,1	3,6	3,5	3,9	3,9	4,3	
Pará	2,8	2,8	3,1	3,1	3,6	3,5	4,2	
Amapá	3,2	3,2	3,4	3,6	3,8	4,0	4,1	

Fonte: INEP; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES,

**Tabela X - Resultados do IDEB para a 8ª série / 9º ano do ensino fundamental na Região Norte,**

Unidades da Federação	2005		2007		2009		2011	
	Observado	Meta	Observado	Meta	Observado	Meta	Observado	
Acre	3,5	3,5	3,8	3,7	4,1	4,0	4,2	
Tocantins	3,4	3,4	3,7	3,6	3,9	3,8	4,1	
Amazonas	2,7	2,8	3,3	2,9	3,5	3,2	3,8	
Roraima	3,4	3,5	3,7	3,6	3,7	3,9	3,7	
Amapá	3,5	3,6	3,5	3,7	3,6	4,0	3,7	
Rondônia	3,4	3,4	3,4	3,6	3,5	3,8	3,7	
Pará	3,3	3,4	3,3	3,5	3,4	3,8	3,7	

Fonte: INEP; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES.

**Tabela X - Resultados do IDEB para o 3º ano do ensino médio na Região Norte.**

Unidades da Federação	2005		2007		2009		2011
	Observado	Meta	Observado	Meta	Observado	Meta	Observado
Rondônia	3,2	3,2	3,2	3,3	3,7	3,5	3,7
Roraima	3,5	3,5	3,5	3,6	3,4	3,8	3,6
Tocantins	3,1	3,1	3,2	3,2	3,4	3,4	3,6
Amazonas	2,4	2,4	2,9	2,5	3,3	2,7	3,5
Acre	3,2	3,2	3,5	3,3	3,5	3,5	3,4
Amapá	2,9	2,9	2,8	3,0	3,1	3,2	3,1
Pará	2,8	2,9	2,7	2,9	3,1	3,1	2,8

Fonte: INEP. Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES.

Como observado, os melhores resultados apresentados recaem na 4ª série / 5º ano do ensino fundamental. Neste período de ensino todos os estados da Região Norte registraram valores de IDEB superiores aos demais períodos de ensino abordados, e conseguiram atingir as metas propostas pelo Ministério da Educação em todos os anos que a pesquisa foi realizada.

Estão em destaque na região com os maiores valores de IDEB na 4ª série / 5º ano do ensino fundamental os estados de Tocantins com IDEB de 4,9, Rondônia e Roraima, ambos com 4,7 para o ano de 2011. O Estado com menor IDEB em 2011 foi o Amapá com 4,1.

O estado do Pará, apesar de se situar na penúltima posição no ano de 2011, dentre os estados da Região Norte, apresentou o maior crescimento proporcional no período de 2005, início da elaboração do indicador, a 2011. Seu crescimento foi de 50%, e o resultado apresentado em 2011 superou a meta para o mesmo ano em 0,7 pontos, a maior diferença na região.

Em relação ao IDEB na 8ª série / 9º ano do ensino fundamental, apenas três estados na Região Norte atingiram as metas previstas para o ano de 2011, Acre, Tocantins e Amazonas. Também foram esses três estados que tiveram os melhores resultados em 2011 e o maior crescimento proporcional no período de 2005 a 2011, com destaque para o Amazonas, que em 2005 apresentava o menor IDEB da região e, em 2011, aparece em terceiro lugar, com crescimento de 41%. O desempenho do estado do Pará traz resultado bem aquém dos demais estados nordestinos no IDEB da 8ª série / 9º ano do ensino fundamental. Afinal, em nenhum dos anos examinados o estado conseguiu atingir a meta programada.

Os resultados que ficaram abaixo do esperado em termos de série escola foram os do IDEB para o 3º ano do ensino médio. Apenas três estados atingiram a meta programada para o ano de 2011: Rondônia, Tocantins e Amazonas. Este último foi novamente o estado que obteve o maior crescimento no período 2005-2011.

O estado de Roraima ficou com o segundo maior IDEB do 3º ano do ensino médio na região, embora em duas edições do IDEB (2009 e 2011), ele não tenha conseguido alcançar a meta estipulada, sendo que no período de 2005 a 2011 seu crescimento nesse segmento de ensino tenha sido de apenas 3%. O Pará novamente foi o estado da região com resultado aquém do mínimo esperado, não conseguindo atingir a meta proposta. De fato observa-se que ocorreu certo retrocesso no seu indicador a patamares de 2005, ano de início do cálculo do

IDEB. Observa-se ainda que Roraima situa-se na média da região e, em alguns casos, até acima da mesma. No entanto, o crescimento apresentado no período de 2005 e 2011 revela-se ainda acanhado, e, se mantida a mesma dinâmica, será superado pelos demais estados da região, em curto prazo.

### 1.1.3 Educação superior

O número de pessoas com curso superior é reflexo do aumento da oferta de vagas dessa modalidade de ensino, seja pela esfera pública ou pela privada; repercute na melhora da qualificação da força de trabalho, e serve de indicador importante que reflete o aumento da capacidade intelectual da sociedade, associada ainda à influência que exerce diretamente no avanço em tecnologia e pesquisa.

Os dados sobre a percentual de pessoas adultas com nível superior completo para a Região Norte são apresentados logo abaixo:

**Tabela X - Pessoas adultas com nível superior completo na Região Norte em 2010.**

Unidades da Federação	Total de pessoas com nível superior completo	Percentual de pessoas adultas com nível superior completo
<b>Região Norte</b>	<b>639.482</b>	<b>6,5%</b>
Roraima	23.633	8,7%
Rondônia	73.403	7,0%
Acre	33.550	7,7%
Amazonas	144.851	6,9%
Pará	247.457	5,2%
Amapá	36.636	9,1%
Tocantins	79.952	8,9%

Fonte: Censo Demográfico 2010; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES.

Apesar de em números absolutos Roraima ser o estado da região que possui o menor número de pessoas com o nível superior completo, proporcionalmente em relação a sua população adulta, é o estado com o terceiro maior percentual de pessoas adultas com nível superior completo, atrás apenas do Amapá e Tocantins. No outro extremo encontra-se o Pará, que apesar de ter o maior contingente de pessoas com nível superior completo, é, proporcionalmente, o estado com a menor participação de pessoas adultas com nível superior completo, apenas 5,2%, abaixo da média da região que é de 6,5%.

O número de pessoas com nível superior completo tende proporcionalmente, a aumentar ainda mais em Roraima. Essa proposição tem amparo na evidência apresentada na tabela abaixo, onde se verifica o percentual de estudantes de nível superior em relação ao total de estudantes de cada estado da Região Norte, o qual revela que esta proporção no estado de Roraima tende a ser crescente. Há cinco prováveis razões para tanto: i) a criação e implantação da Universidade Estadual em 2006; ii) a implantação da Universidade Virtual de Roraima (UNIVIRR) também em 2006 como plataforma tecnológica de ensino superior à distância, cobrindo 80% dos municípios roraimenses; iii) a concessão pelo governo estadual

de 1.500 a 2.000 bolsas de estudo de ensino superior em faculdades particulares; iv) ampliação da oferta de vagas pelas instituições federais de ensino superior e de financiamento de estudantes pobres pelo governo federal; v) conscientização crescente de amplos segmentos da sociedade roraimense quanto a importância da educação como fator de mobilidade social e econômica.

**Tabela X - Participação dos estudantes do nível superior em relação ao total de estudantes de 4 anos ou mais de idade para a Região Norte.**

Unidades da Federação	2007	2008	2009	2011
Região Norte	7,6%	8,1%	9,0%	9,4%
Rondônia	10,5%	11,7%	10,8%	10,1%
Acre	10,8%	10,2%	12,1%	10,5%
Amazonas	8,3%	8,9%	10,3%	10,1%
Roraima	12,9%	13,0%	16,1%	22,0%
Pará	5,4%	5,7%	5,9%	7,3%
Amapá	9,3%	10,6%	12,4%	12,5%
Tocantins	10,1%	11,6%	14,3%	11,3%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

Notas: 1) Os dados desta tabela foram reponderados pela revisão 2008 das projeções populacionais, incluindo a tendência 2000-2010; 2) Para o ano de 2010 não foi elaborada a PNAD, devido a realização do Censo Demográfico.

Os dados apresentados mostram que há um número significativo de estudantes na educação superior em Roraima, chegando em 2011 a 22% dos estudantes. Nota-se também, que durante toda a série os índices apresentados em Roraima foram superiores aos registrados nos demais estados da região. A diferença entre o resultado apresentado por Roraima em 2011 e a do segundo estado com maior índice, Amapá, foi de aproximadamente 10%. O estado da região com o menor percentual foi o Pará, com participação de estudantes de nível superior de apenas 7,3% em relação ao total de alunos.

Por outro lado, apesar de possuir bom contingente proporcional de estudantes de nível superior, o número de concessão de bolsas para mestrado, doutorado e pós-doutorado em Roraima revela-se o menor da Região Norte, tanto em termos absolutos, quanto proporcionalmente ao número de estudantes de nível superior no Estado, como pode ser observado na tabela abaixo.

**Tabela X - Concessão de bolsa de mestrado, doutorado e pós-doutorado na Região Norte.**

Unidades da Federação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Região Norte	875	898	1.032	1.301	1.804	2.392	2.915	3.461
Rondônia	24	40	38	69	82	137	116	178
Acre	31	34	37	66	106	147	190	223
Amazonas	210	218	338	384	533	713	842	932
Roraima	42	40	53	67	67	50	80	79

Pará	520	510	490	552	787	1.007	1.301	1.574
Amapá	7	6	12	22	28	29	65	108
Tocantins	41	50	64	141	201	309	321	367

Fonte: CAPES/Geocapes; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela X - Relação entre concessão de bolsa de mestrado, doutorado e pós doutorado pelo total de estudantes do ensino superior na Região Norte.**

Unidades da Federação	2007	2008	2009	2011
Rondônia	0,14%	0,14%	0,25%	0,37%
Acre	0,24%	0,41%	0,46%	0,77%
Amazonas	0,35%	0,44%	0,54%	0,71%
Roraima	0,32%	0,32%	0,17%	0,20%
Pará	0,40%	0,53%	0,66%	0,82%
Amapá	0,10%	0,11%	0,09%	0,33%
Tocantins	0,30%	0,38%	0,45%	0,72%

Fonte: CAPES/Geocapes e IBGE - PNAD; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

Nota: Para o ano de 2010 não foi elaborada a PNAD, devido a realização do Censo Demográfico.

Esta posição inferior que vislumbra Roraima no que tange a mestrado, doutorado e pós-doutorado, como é observado na concessão de bolsas, também é evidenciado no quantitativo de discentes de pós-graduação no estado, na comparação com as demais unidades da federação que compõem a Região Norte.

**Tabela X - Discentes de mestrado e doutorado na Região Norte.**

Unidades da Federação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
<b>Região Norte</b>	<b>2.371</b>	<b>2.838</b>	<b>3.424</b>	<b>4.185</b>	<b>4.534</b>	<b>5.148</b>	<b>5.677</b>	<b>6.413</b>
Rondônia	76	68	117	229	201	221	245	319
Acre	28	19	74	117	139	142	156	168
Amazonas	865	1.063	1.224	1.472	1.506	1.564	1.653	1.778
Roraima	15	30	32	51	66	71	88	130
Pará	1.361	1.629	1.866	2.114	2.343	2.855	3.160	3.549
Amapá	-	-	55	102	125	123	146	170
Tocantins	26	29	56	100	154	172	229	299

Fonte: CAPES/Geocapes; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela X - Relação entre discentes de mestrado e doutorado pelo total de estudantes do ensino superior na Região Norte.**

Unidades da Federação	2007	2008	2009	2011
Rondônia	0,47%	0,35%	0,41%	0,66%
Acre	0,42%	0,53%	0,44%	0,58%
Amazonas	1,34%	1,26%	1,19%	1,36%
Roraima	0,24%	0,31%	0,24%	0,33%
Pará	1,54%	1,58%	1,87%	1,86%
Amapá	0,44%	0,50%	0,40%	0,52%
Tocantins	0,21%	0,29%	0,25%	0,59%

Fonte: CAPES/Geocapcs e IBGE-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES  
 Nota: Para o ano de 2010 não foi elaborada a PNAD, devido a realização do Censo Demográfico.

Estes dados mostram a fragilidade do ensino superior em Roraima no quesito de oportunidades para o avanço a patamares mais elevados de instrução. Deve-se ressaltar que a pouca idade do estado e de suas universidades e faculdades, contribuem para o percentual baixo de vagas para mestrados e doutorados. Afinal de contas, a primeira universidade em Roraima teve sua implantação iniciada há apenas 23 anos, em 1990: a Universidade Federal de Roraima (UFRR).

## 1.1.4 Saúde

### 1.1.4.1 Taxa Bruta de Mortalidade

A Taxa Bruta de Mortalidade é expressa através do quociente entre o número de óbitos ocorridos durante um ano civil e a população total ao meio do ano civil. Representa a frequência com que ocorrem os óbitos em uma população, a taxa é expressa por 100 mil habitantes.

Os dados para a Região Norte no período de 2002 a 2010 são os seguintes:

**Tabela X - Taxa bruta de mortalidade da Região Norte (por 100 mil habitantes).**

Unidade da Federação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Região Norte</b>	<b>5,20</b>	<b>5,20</b>	<b>5,00</b>	<b>5,00</b>	<b>4,90</b>	<b>4,89</b>	<b>4,87</b>	<b>4,86</b>	<b>4,41</b>
Rondônia	5,30	5,30	5,20	5,10	5,10	5,13	5,14	5,15	4,49
Acre	5,90	5,90	5,20	5,20	5,10	5,06	5,02	4,98	3,93
Amazonas	5,10	5,00	4,70	4,60	4,50	4,50	4,42	4,45	4,10
Roraima	5,10	5,10	5,20	5,10	5,00	4,96	4,90	4,84	3,77
Pará	5,20	5,20	5,00	5,00	4,90	4,88	4,87	4,86	4,57
Amapá	4,80	4,70	5,20	5,10	5,00	4,91	4,83	4,77	4,14
Tocantins	5,70	5,60	5,70	5,60	5,60	5,53	5,50	5,49	4,87

Fonte: IBGE-Síntese dos Indicadores Sociais e Censo Demográfico 2010; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

Para o ano de 2010, Roraima apresentou a menor taxa bruta de mortalidade da Região Norte, com um índice de 3,77 para 100 mil habitantes, seguido pelo Acre com 3,93, sendo esses dois, os únicos estados da região que tiveram um resultado abaixo de 4,00. O estado com maior taxa bruta de mortalidade foi Tocantins com 4,87. Observa-se que de modo geral, a taxa bruta de mortalidade dos estados da Região Norte, começa a declinar entre os anos de 2004 e 2005, obtendo os seus melhores resultados no último ano da série. Proporcionalmente, as maiores quedas percentual na comparação entre os anos de 2002 a 2010, foram apresentadas no Acre, com uma queda de -33% e Roraima com redução de -26%.

#### 1.1.4.2 Taxa de mortalidade infantil

A Taxa de Mortalidade Infantil refere-se a frequência com que ocorrem os óbitos infantis (crianças menores de 1 ano de idade) em uma população, em relação ao número total de nascidos vivos em determinado ano civil. A taxa é apresentada em valores por 1.000 nascidos vivos.

Os dados para a Região Norte no período de 2004 a 2009 são os seguintes:

**Tabela X - Taxa de mortalidade infantil da Região Norte (por 1.000 nascidos vivos).**

Unidade da Federação	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Região Norte</b>	<b>27,4</b>	<b>26,6</b>	<b>25,8</b>	<b>25,0</b>	<b>24,2</b>	<b>23,5</b>
Rondônia	25,9	25,2	24,4	23,7	23,0	22,4
Acre	33,6	32,6	31,7	30,7	29,8	28,9
Amazonas	28,5	27,6	26,8	25,9	25,1	24,3
Roraima	20,7	20,1	19,6	19,1	18,6	18,1
Pará	26,7	25,9	25,2	24,4	23,7	23,0
Amapá	26,2	25,4	24,6	23,9	23,2	22,5
Tocantins	29,9	29,0	28,1	27,3	26,4	25,6

Fonte: IBGE-Síntese dos Indicadores Sociais; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

Assim como na taxa bruta de mortalidade, Roraima também apresenta a menor taxa de mortalidade infantil da Região Norte, com 18,1 mortos para cada 1.000 nascidos vivos, dados referentes ao ano de 2009. É também, o único estado da região com taxa inferior a 20,0.

Diferentemente do que foi apresentado na taxa bruta de mortalidade, o estado do Acre é o que possui a maior taxa de mortalidade infantil da região, com 28,9 mortes para 1.000 nascidos vivos, com diferença de mais de 3 pontos para Tocantins, que possui a segunda maior taxa na região. Todos os estados da região apresentaram queda em sua taxa de mortalidade infantil no período de 2004 a 2009, todos eles com reduções percentuais muito próximas, variando entre 13% a 15% no período.

### 1.1.4.3 Esperança de vida ao nascer

Esperança de vida ao nascer, matematicamente, representa o número médio de anos que um indivíduo viverá a partir do nascimento, considerando o nível e a estrutura de mortalidade por idade observada naquela população. Para o cálculo da esperança de vida ao nascer leva-se em consideração não apenas os riscos de morte na primeira idade – mortalidade infantil, mas para todo o histórico de mortalidade de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

Sendo uma síntese da mortalidade ao longo de todo o ciclo de vida dos indivíduos, a esperança de vida é o indicador empregado para mensurar as dimensões humanas no índice de desenvolvimento, sobre o direito a uma vida longa e saudável. Isso porque, em cada um dos grupos etários os indivíduos estão sujeitos a diferentes riscos de mortalidade, estabelecendo distintas causas principais de mortalidade (PNUD, 2012).

Para a Região Norte, a esperança de vida de seus estados são as seguintes:

**Tabela X - Esperança de vida ao nascer - Região Norte (anos).**

Unidades da Federação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Região Norte</b>	<b>68,8</b>	<b>69,0</b>	<b>69,3</b>	<b>70,7</b>	<b>71,0</b>	<b>71,3</b>	<b>71,6</b>	<b>71,9</b>	<b>72,2</b>
Rondônia	68,6	68,8	69,1	70,3	70,6	70,9	71,2	71,5	71,8
Acre	68,6	68,9	69,1	70,5	70,8	71,1	71,4	71,7	72,0
Amazonas	69,2	69,4	69,7	70,7	71,0	71,3	71,6	71,9	72,2
Roraima	67,8	68,1	68,4	69,0	69,3	69,6	69,9	70,3	70,6
Pará	69,1	69,3	69,6	71,1	71,4	71,7	72,0	72,2	72,5
Amapá	69,3	69,6	69,8	69,4	69,8	70,1	70,4	70,7	71,0
Tocantins	68,7	69,0	69,3	70,4	70,7	71,0	71,3	71,6	71,9

Fonte: IBGE-Síntese de Indicadores Sociais; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

Na região, o Pará apresenta a maior esperança de vida ao nascer com 72,5 anos, seguido pelo Amazonas com 72,2 anos e Acre com 72,0 anos, sendo estes três os únicos estados da região com valor igual ou superior a 72 anos. No outro extremo situa-se Roraima com 70,6 anos, único estado com esperança de vida ao nascer inferior a 71 anos.

Apesar de Roraima apresentar bons índices em relação a taxa bruta de mortalidade e mortalidade infantil, em comparação com os demais estados da Região Norte, o estado apresenta a menor esperança de vida ao nascer na região. Essa contradição deve-se, em parte, aos números acima da média da região em relação a mortes de crianças e jovens, como observado na tabela abaixo.

**Tabela X - Indicadores de violência contra crianças e adolescentes (maior de 1 a 19 anos de idade) na Região Norte em 2009 (em 100 mil).**

Unidade da Federação	Taxas de óbito por acidentes de transporte	Taxas de óbito por outros acidentes	Taxas de suicídio	Taxas de homicídio
<b>Região Norte</b>	<b>6,6</b>	<b>7,8</b>	<b>1,8</b>	<b>13,7</b>
Rondônia	11,6	8,5	3,2	14,3
Acre	5,6	5,3	2,2	8,5
Amazonas	5,6	9,4	2,5	10,3
Roraima	9,9	9,4	3,6	17,7
Pará	5,5	6,5	1,1	16,7
Amapá	5,7	13,9	2,4	14,2
Tocantins	10,2	7,6	1,5	7,0

Fonte: WAISELSZ, Julio Jacobo, Mapa da Violência 2012 - Crianças e Adolescentes do Brasil (2012); Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

Como observado na tabela acima, Roraima apresenta as maiores taxas de homicídios e suicídios da Região Norte, em relação a taxa de óbitos por acidentes de transporte; possui a terceira maior taxa e o segundo mais elevado índice na taxa de óbito por outros acidentes.

Estes índices demonstram que a mortalidade infanto-juvenil roraimense situa-se em nível maior do que a média da região. Por consequência, afeta restritivamente a esperança de vida ao nascer de Roraima.

## 1.1.5 Habitação

### 1.1.5.1 Acesso a água

O acesso a água, disponibilizado através de rede geral de abastecimento e que, logo, passa por processo de tratamento é um dos indicadores mais importantes para análise da condição de vida da população.

Para a região Norte os dados referentes ao abastecimento de água, via rede geral, tendo o domicílio canalização interna ou não, podem ser verificados na tabela abaixo.

**Tabela X - Domicílios com acesso água via rede geral, com e sem canalização interna - Região Norte (%).**

Unidades da Federação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
<b>Região Norte</b>	<b>62,31</b>	<b>62,34</b>	<b>64,65</b>	<b>54,39</b>	<b>54,92</b>	<b>54,68</b>	<b>54,28</b>	<b>58,31</b>	<b>56,71</b>	<b>55,94</b>
Rondônia	43,78	46,54	47,27	36,39	36,74	39,45	40,60	42,28	39,95	41,41
Acre	55,63	61,40	62,98	47,85	50,44	47,72	53,33	56,79	53,66	50,64
Amazonas	75,34	73,60	78,46	68,46	67,68	68,60	65,40	73,18	69,41	68,73
Roraima	98,67	97,17	98,20	82,85	85,66	78,30	78,10	85,67	77,63	85,84
Pará	53,98	54,72	56,91	46,37	46,69	45,41	46,06	49,14	48,70	47,95
Amapá	72,92	64,78	63,46	66,10	66,05	66,47	62,16	75,14	64,42	53,04
Tocantins	73,14	73,55	76,15	75,96	76,90	78,36	77,96	78,98	79,74	79,70

Fonte: IBGE-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

Notas: 1) Até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; 2) A partir de 2007: as categorias Sem declaração e Não-declaradas não foram investigadas; 3) Os dados desta tabela foram reponderados pela revisão 2008 das projeções populacionais, incluindo a tendência 2000-2010; 4) Para o ano de 2010 não foi elaborada a PNAD, devido a realização do Censo Demográfico.

Apesar de se observar que praticamente todos os estados da região apresentaram redução no percentual de domicílios com acesso à água potável, via rede geral, na comparação de 2001 com 2011, com exceção do Tocantins, deve-se ressaltar que apenas a partir do ano de 2004 foram incluídas as informações referentes a domicílios rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Logó, ao comparar-se a evolução na série a partir do ano de 2004, nota-se que apenas o Amapá apresentou redução percentual nos domicílios com acesso a água.

Roraima é o estado da Região Norte com maior percentual de domicílios com acesso a água por rede geral, com 85,84% de seus domicílios atendidos, ficando bem acima da média da região que é de 55,94%. Tocantins vem a seguir, com o segundo maior percentual (79,7%). O maior déficit na prestação desse serviço está em Rondônia que atende apenas 41,41% de sua população total.

### 1.1.5.2 Esgotamento sanitário

Assim como o acesso a água tratada, a existência de esgotamento sanitário adequado, preferencialmente por via rede geral coletora, é indispensável para que o domicílio tenha condições salubres de vida.

Para a Região Norte, os dados referentes aos domicílios com acesso a esgotamento sanitário através da rede geral coleta, inclusive aqueles domicílios que possuem fosse séptica liga a rede geral coletora, estão na tabela abaixo.

**Tabela X - Domicílios com acesso a esgotamento sanitário, via rede geral coletora - Região Norte (%).**

Unidades da Federação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
<b>Região Norte</b>	5,60	3,99	4,33	4,00	4,04	4,89	9,71	9,49	12,92	20,20
Rondônia	1,79	1,94	4,22	2,44	1,78	2,39	3,61	2,81	5,91	4,80
Acre	18,23	25,49	20,67	19,17	18,81	22,53	16,70	28,77	32,25	27,70
Amazonas	7,22	2,65	3,89	4,11	2,11	3,69	23,59	20,62	19,30	34,79
Roraima	9,07	12,21	9,26	3,78	10,78	13,55	10,60	11,72	12,96	31,82
Pará	5,80	3,20	2,24	2,89	3,65	3,22	4,82	3,92	10,38	17,61
Amapá	0,97	1,17	5,38	3,85	1,17	1,29	2,18	4,01	1,25	6,73
Tocantins	2,39	2,65	5,31	3,85	5,40	9,35	11,85	15,44	15,15	18,72

Fonte: IBGE-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

Notas: 1) Até 2003, exclusiva a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; 2) A partir de 2007: as categorias Sem declaração e Não-declaradas não foram investigadas; 3) Os dados desta tabela foram reponderados pela revisão 2008 das projeções populacionais, incluindo a tendência 2000-2010; 4) Para o ano de 2010 não foi elaborada a PNAD, devido a realização do Censo Demográfico.

As observações apresentadas no comentário feito na tabela anterior, sobre a não inclusão dos dados da área rural da maior parte dos estados da Região Norte para os anos de 2001 a 2003, repetem-se nesta tabela e nas demais onde forem utilizadas a PNAD como fonte das informações.

Os estados do Amazonas e Roraima, foram os únicos com mais de um terço de seus domicílios com acesso a rede geral coletora, tendo respectivamente 34,79% e 31,82%. Em terceiro lugar apare o Acre com 27,70%. Os piores indicadores foram apresentados por Rondônia com 4,80% e Amapá com 6,73%.

Comparando as duas tabelas anteriores, podemos afirmar que em relação aos demais estados da Região Norte, Roraima apresenta um quadro acima da média em relação ao acesso a água e ao esgotamento sanitário, o que explica em parte os baixos índices de mortalidade bruta e mortalidade infantil, na comparação com os demais estados da região.

### 1.1.5.3 Coleta de lixo

Outro indicador de grande importância para a saúde pública e o bem estar dos moradores consiste nos dados quanto ao destino dado ao lixo, se por meio de coleta através de órgãos municipais ou empresas terceirizadas, ou se é deixada a cargo dos próprios moradores, que acabam por despejar seu lixo em terrenos abandonados, córregos ou o queimando.

Logo, a melhor forma e mais salubre reside na realização de coleta direta ou indireta. Para a Região Norte, estes dados percentuais encontram-se apresentados na tabela abaixo.

**Tabela X - Domicílios com coleta direta ou indireta do lixo - Região Norte (%).**

Unidades da Federação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
<b>Região Norte</b>	82,18	85,14	85,63	69,57	74,14	73,73	75,83	80,11	79,01	75,82
Rondônia	85,51	87,86	88,17	69,50	69,84	71,37	72,21	72,88	75,47	74,73
Acre	77,51	87,33	85,90	66,40	74,71	71,79	74,88	81,04	76,15	80,62
Amazonas	89,72	89,45	89,43	73,80	77,18	75,85	77,25	84,66	83,72	81,30
Roraima	93,86	98,18	95,04	74,73	81,02	74,81	76,84	85,04	77,30	83,63
Pará	80,71	85,66	86,23	66,22	72,94	72,96	75,28	78,95	77,76	71,44
Amapá	94,39	89,62	94,62	88,59	90,83	87,74	90,57	98,37	91,97	87,07
Tocantins	65,75	68,96	69,69	70,22	69,60	70,45	74,01	75,50	75,81	77,65

Fonte: IBGE-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

Notas: 1) Até 2003, exclusiva a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; 2) A partir de 2007: as categorias Sem declaração e Não-declaradas não foram investigadas; 3) Os dados desta tabela foram reponderados pela revisão 2008 das projeções populacionais, incluindo a tendência 2000-2010; 4) Para o ano de 2010 não foi elaborada a PNAD, devido a realização do Censo Demográfico.

As taxas de domicílios na Região Norte com coleta de lixo de forma direta ou indireta são altas, todos os estados apresentaram em 2011 índices superiores a 70%, sendo a média da região de 75,82%.

Assim como nos dados de acesso a água e a esgotamento sanitário, Roraima apresenta índice de coleta de lixo domiciliar (83,63%) superior a média da Região Norte (75,82%), sendo o segundo estado com maior percentual de coleta de lixo, atrás apenas do Amapá com 87,07%.

### 1.1.5.4 Energia elétrica

Quase a totalidade dos domicílios da Região Norte possui energia elétrica, sendo que em todos os sete estados da região, o percentual de domicílios com acesso a energia elétrica registra situação superior a 95%, como observado na tabela abaixo.

**Tabela X - Domicílios com acesso a energia elétrica - Região Norte (%).**

Unidades da Federação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
<b>Região Norte</b>	96,16	96,56	96,94	88,64	90,80	90,77	92,85	94,85	95,18	96,17
Rondônia	98,98	99,07	99,59	93,25	93,96	93,97	96,39	95,94	96,74	98,64
Acre	98,33	99,26	98,46	85,48	88,14	89,25	89,49	94,30	94,00	95,16
Amazonas	99,24	99,27	99,22	91,41	93,52	92,75	95,14	96,36	97,66	95,37
Roraima	98,93	99,22	99,55	91,47	94,54	92,76	94,22	97,25	97,21	96,88
Pará	98,21	98,36	98,59	86,85	89,34	89,18	91,13	94,16	93,80	95,48
Amapá	99,81	99,80	99,23	96,61	98,77	96,04	97,95	99,62	99,09	97,93
Tocantins	79,12	81,51	83,13	83,72	84,95	88,40	91,67	91,47	93,31	97,90

Fonte: IBGE-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

Notas: 1) Até 2003, exclusiva a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; 2) A partir de 2007: as categorias Sem declaração e Não-declaradas não foram investigadas; 3) Os dados desta tabela foram reponderados pela revisão 2008 das projeções populacionais, incluindo a tendência 2000-2010; 4) Para o ano de 2010 não foi elaborada a PNAD, devido a realização do Censo Demográfico.

O estado com maior percentual de domicílios com acesso a energia elétrica é Rondônia com 98,64%, seguido por Amapá com 97,93% e Tocantins com 97,90%. Os estados da região com menores índices de domicílios com acesso a energia são: Acre com 95,16%, Amazonas com 95,37 e Pará com 95,48%.

Roraima possui indicadores acima da média da região, com 96,88%. Contudo ao se analisar apenas a área rural do estado, o percentual de domicílios com acesso a energia cai para 82,6%.

## 1.2 Desigualdade dos rendimentos: evolução e perspectiva

Uma distribuição da riqueza gerada entre a sociedade local de forma perversa amplia as diferenças entre classes sociais, expandindo ainda mais o abismo entre as classes mais altas da sociedade e as mais baixas. Um dos indicadores mais utilizados para auferir a diferença entre rendimentos é o Coeficiente de Gini.

O Coeficiente de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos. O valor pode variar de zero, quando não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

Para a Região Norte temos os seguintes dados:

**Tabela X - Coeficiente de Gini na Região Norte.**

<b>Unidade da Federação</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Região Norte</b>	<b>0,626</b>	<b>0,655</b>	<b>0,632</b>
Rondônia	0,616	0,611	0,569
Acre	0,626	0,648	0,639
Amazonas	0,628	0,682	0,666
Roraima	0,622	0,620	0,640
Pará	0,621	0,651	0,626
Amapá	0,585	0,632	0,616
Tocantins	0,633	0,655	0,610

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010

Na Região Norte houve alternâncias entre períodos com aumento das desigualdades e outros com queda, como no período de 1991 a 2000, quando foi apresentado em quase todos os estados da região registraram um aumento no coeficiente de Gini, com exceção de Rondônia e Roraima. Em contrapartida no período de 2000 a 2010, houve uma queda dos índices de desigualdade, sendo que novamente Roraima foi uma exceção, pois registrou no mesmo período um aumento no seu coeficiente de Gini.

Apesar da redução apresentada no período de 2000 a 2010, os indicadores da maioria dos estados para o ano de 2010 é superior ao apresentado no ano de 1991, a exceção é Rondônia que em todos os períodos apresentou queda no seu índice de Gini, passando de 0,616 em 1991 para 0,569 em 2010, tornando-se o estado da Região Norte com o menor índice. O estado com o maior coeficiente de Gini em 2010 foi o Amazonas, seguido por Roraima e Acre.

Outro indicador utilizado para medir as diferenças na distribuição da renda é a Razão de Renda, que mostra o número de vezes que a renda agregada do quinto superior da distribuição da renda (20% mais ricos) é maior do que a renda do quinto inferior (20% mais pobres) na população residente, na Região Norte os 20% mais ricos possuem uma renda 53,63 vezes maior do que a dos 20% mais pobres.

Na tabela abaixo é mostrado a Razão de Renda para todos os estados da Região Norte para os anos de 1991, 2000 e 2010.

**Tabela X - Razão de Renda na Região Norte.**

<b>Unidade da Federação</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Região Norte</b>	<b>28,91</b>	<b>51,08</b>	<b>53,65</b>
Rondônia	29,98	33,23	26,55
Acre	30,11	51,16	71,93
Amazonas	35,18	94,61	87,71
Roraima	59,31	48,84	86,03
Pará	25,26	42,91	50,00
Amapá	24,70	40,91	40,31
Tocantins	27,04	52,74	34,84

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010

Assim como nos dados apresentados no coeficiente de Gini, os estados da região com maior concentração de renda são Amazonas e Roraima, ambos com proporção maior do que 85 vezes a riqueza dos ricos em relação aos pobres. Apesar de apresentarem resultados iguais, em relação a concentração de riquezas, a Razão de Renda mostra a grandeza da diferença entre ricos e pobres, como no caso do Amazonas e Roraima onde há grande diferença entre essas duas classes, bem superior do que a média da região e três vezes superior a apresentada em Rondônia, estado da região com menor concentração de renda.

## 2. SITUAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

### 2.1 A dinâmica setorial do emprego

#### 2.1.1 Grandes Setores

As atividades econômicas são teoricamente divididas em três grandes setores, o primário ou agropecuário, o secundário ou industrial e o terciário ou de serviços. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), elaborada pelo IBGE, o Setor terciário da economia é o que apresenta o maior número de pessoas ocupadas no estado de Roraima, como pode ser observado na tabela abaixo.

**Tabela X - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por setor de atividade - Roraima (Mil pessoas).**

Setor de Atividade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Primário	7	13	41	60	53	55	33	39	47
Secundário	18	18	21	24	32	28	27	28	32
Terciário	76	93	94	101	120	121	138	119	148
<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>123</b>	<b>155</b>	<b>186</b>	<b>204</b>	<b>203</b>	<b>199</b>	<b>186</b>	<b>226</b>

Fonte: IBGE-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

Notas: 1) Até 2003, exclui-se a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; 2) A partir de 2007: as categorias Sem declaração e Não-declaradas não foram investigadas; 3) Os dados desta tabela foram reponderados pela revisão 2008 das projeções populacionais, incluindo a tendência 2000-2010; 4) Para o ano de 2010 não foi elaborada a PNAD, devido a realização do Censo Demográfico.

Como observado, o setor terciário responde por 148 mil empregos do total de 226 mil pessoas ocupadas em 2011, o que representa pouco mais de 65%. Esta preponderância do setor terciário se observa em todos os anos da série apresentada, com participação sempre superior a 50%.

O setor primário enfeixa a segunda posição em relação ao número de empregos. Em Roraima existem 47 mil pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias. Nota-se na série histórica que houve um crescimento expressivo no número de pessoas ocupadas no setor primário entre os anos de 2003 e 2004. Essa alteração se deve basicamente à mudança na metodologia aplicada pela PNAD que até o ano de 2003 não contemplava informações sobre a área rural de Roraima. Após o ápice em 2005, o número de pessoas ocupadas no setor primário vem caindo, de 2005 a 2011 houve a retração de 13 mil empregos. Tal redução no

número de ocupados no setor agropecuário deve-se a várias situações, como o aumento na taxa de urbanização que provoca o êxodo rural e a queda na produção agrícola no Estado.

O número de pessoas ocupadas na indústria apresentou crescimento no período de 2002 a 2006, onde chegou a apresentar 32 mil empregados no setor, valor esse só alcançado novamente em 2011. Nota-se que essa retração a partir do ano de 2007 até 2009, também se observa no total de pessoas ocupadas em Roraima, sendo que seu valor total só recuperou os patamares apresentados em 2006 a partir do ano de 2011.

Deve ser levando em consideração o fato de não serem apresentados dados referentes ao ano de 2010, pois neste ano não foi realizada a PNAD, considerando que nesse ano realizou-se o Censo Demográfico, e por diferenças entre as metodologias aplicadas, optou-se por não colocar os dados de 2010, para não haver distorções ao analisar a série histórica. Tal procedimento será utilizado nas próximas tabelas apresentadas referentes a PNAD.

### 2.1.2 Atividades Econômicas

Segundo o IBGE existem 12 grupamentos de atividades econômicas, sendo divididas entre os três grandes setores. Além dos 12 grupamentos existe uma classificação para Atividades mal definidas ou não declaradas. Em Roraima, o grupamento com maior número de pessoas ocupadas é o Agrícola, com 47 mil pessoas, seguido pelo Comércio e Reparação com 41 mil e pela Educação, Saúde e Serviços Sociais com 32 mil, como pode ser observado na tabela abaixo.

**Tabela X - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupamentos de atividade econômica - Roraima (Mil pessoas).**

Grupamento de atividade econômica	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Agrícola	7	13	41	60	53	55	33	39	47
Indústria extrativa	1	3	2	2	2	3	1	1	2
Indústria de transformação	6	5	9	10	14	13	11	10	10
Construção	11	10	10	12	16	12	15	17	20
Comércio e reparação	16	20	25	28	31	35	33	31	41
Alojamento e alimentação	4	5	3	8	5	4	10	6	10
Transporte, armazenagem e comunicação	4	5	3	3	8	6	4	6	9
Administração pública	16	25	21	19	25	24	26	25	25
Educação, saúde e serviços sociais	20	19	23	19	18	19	23	28	32
Serviços domésticos	6	11	13	12	15	14	20	18	12
Outros serviços coletivos, sociais e serviços	5	4	3	5	8	8	6	5	5
Outras atividades	5	4	4	6	10	11	16	-	14
Atividades mal definidas ou não declaradas	0	0	-	-	-	-	-	-	1
<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>123</b>	<b>155</b>	<b>186</b>	<b>204</b>	<b>203</b>	<b>199</b>	<b>186</b>	<b>226</b>

Fonte: IBGE-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

Notas: 1) Até 2003, exclusiva a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; 2) A partir de 2007: as categorias Sem declaração e Não-declaradas não foram investigadas; 3) Os dados desta tabela foram reponderados pela revisão 2008 das projeções populacionais, incluindo a tendência 2000-2010; 4) Para o ano de 2010 não foi elaborada a PNAD, devido a realização do Censo Demográfico.

Como observado, a atividade agrícola é a que possui o maior número de pessoas ocupadas, no entanto, esta abaixo de seu ápice que foi registrado no ano de 2005. Dentro da série histórica a atividade de Comércio e reparação esta consolidada na segunda posição, posto esse que ocupa desde o início da série. Observa-se em relação ao Comércio, que após dois anos de queda o total de pessoas ocupadas neste setor apresentou o melhor resultado histórico em 2011. Outra atividade que obteve seu melhor resultado na série foi a de Educação, saúde e serviços sociais, que com 32 mil pessoas ocupadas representam 14% do total de empregados no Estado.

## 2.2 Desemprego e subemprego

### 2.2.1 Taxas de desocupação

A taxa de desocupação aqui apresentada refere-se ao percentual da população desocupadas (PD) que estavam a procura de emprego, em relação a População Economicamente Ativa (PEA).

**Tabela X - Taxa de Desocupação - Roraima (Mil pessoas).**

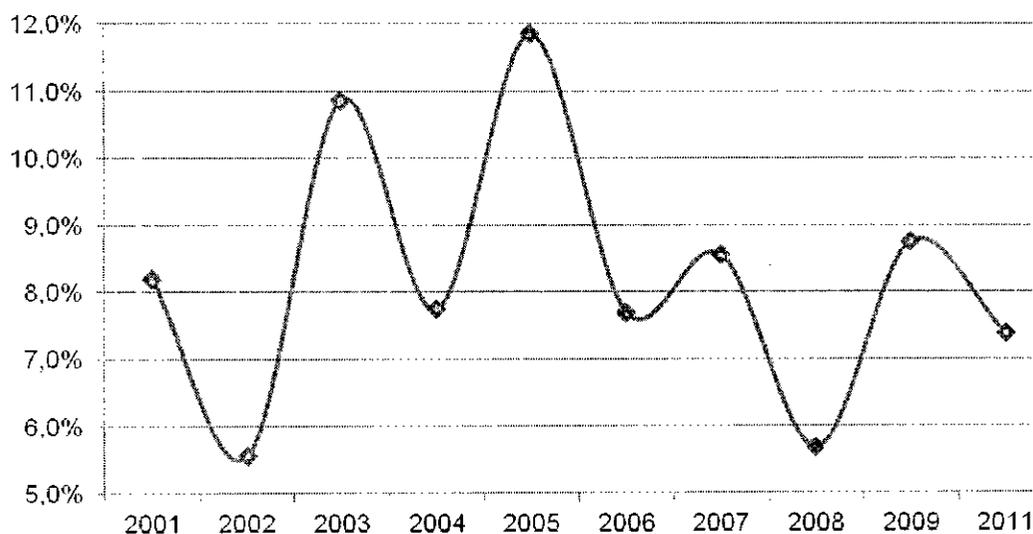
Condição de atividade	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
PO	111	102	123	155	186	204	203	199	198	226
PD	10	6	15	13	25	17	19	12	19	18
PEA	122	108	138	168	211	221	222	211	217	244
<b>Taxa de Desocupação</b>	<b>8,2%</b>	<b>5,6%</b>	<b>10,9%</b>	<b>7,7%</b>	<b>11,8%</b>	<b>7,7%</b>	<b>8,6%</b>	<b>5,7%</b>	<b>8,8%</b>	<b>7,4%</b>

Fonte: IBGE-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

Notas: 1) Até 2003, excluída a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; 2) A partir de 2007, as categorias Sem declaração e Não-declaradas não foram investigadas; 3) Os dados desta tabela foram reponderados pela revisão 2008 das projeções populacionais, incluindo a tendência 2000-2010; 4) Para o ano de 2010 não foi elaborada a PNAD, devido a realização do Censo Demográfico. 5) PO=População Ocupada; PD=População Desocupada; e PEA=População Economicamente Ativa.

Pode se observar que a taxa de desocupação em 2011 de 7,4% foi a terceira menor dentro da série histórica, sendo superior apenas as taxas de desocupação apresentadas nos anos de 2008 (5,7%) e 2002 (5,6%). É curiosa a relação cíclica das alterações anuais das taxas de desocupação, que seguem pontualmente momentos de elevação e retração, como observado no gráfico abaixo.

**Gráfico X - Taxa de Desocupação em Roraima.**



Fonte: IBGE-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

Em relação aos demais estados da Região Norte, Roraima em 2011 apresentou a terceira maior taxa de desocupação, inferior as taxas apresentadas pelo Amapá (12,8%) e Amazonas (7,9%), com pode ser observado na tabela abaixo.

**Tabela X - Taxa de Desocupação na Região Norte (%).**

Unidade da Federação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
<b>Região Norte</b>	<b>9,6</b>	<b>10,0</b>	<b>10,5</b>	<b>6,9</b>	<b>7,7</b>	<b>6,9</b>	<b>7,5</b>	<b>6,2</b>	<b>8,2</b>	<b>6,9</b>
Rondônia	8,8	6,4	9,1	4,5	5,6	5,8	6,4	6,1	6,9	3,2
Acre	7,3	5,7	6,8	6,6	8,2	5,8	4,2	6,1	5,8	4,1
Amazonas	10,3	12,3	15,4	10,5	10,5	8,6	10,5	8,1	9,8	7,9
Roraima	9,0	5,6	10,9	7,7	11,8	7,7	8,6	5,7	8,8	7,4
Pará	10,0	10,1	9,7	6,0	6,8	6,8	6,6	5,1	8,1	7,2
Amapá	17,6	20,6	12,6	12,9	10,2	5,9	13,8	14,0	12,3	12,8
Tocantins	6,0	7,4	6,8	4,4	5,9	5,7	5,7	5,0	6,4	6,0

Fonte: IBGE-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

### 2.2.2 Subemprego

Segundo Sandroni (1999), subemprego consiste na remuneração muito abaixo de padrões aceitáveis, que afeta trabalhadores não registrados, mas que nem por isso deixam de compor a força de trabalho de uma nação.

Tomando como base que o valor do salário mínimo é uma remuneração aceitável, consideraremos como teto para se enquadrar como subemprego, as pessoas ocupadas que

recebem até 1/2 salário mínimo por mês, ou seja, metade do que é considerável aceitável no Brasil.

**Tabela X - Participação do pessoal ocupado com rendimento menor ou igual a 1/2 salário mínimo em relação ao total de pessoas ocupadas - Região Norte.**

Unidades da Federação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
<b>Região Norte</b>	<b>6,7%</b>	<b>10,1%</b>	<b>10,1%</b>	<b>7,3%</b>	<b>8,2%</b>	<b>8,9%</b>	<b>7,4%</b>	<b>9,8%</b>	<b>9,9%</b>	<b>9,3%</b>
Rondônia	3,9%	8,4%	5,7%	4,4%	5,5%	6,3%	5,0%	6,6%	4,6%	5,5%
Acre	8,4%	12,1%	10,1%	10,4%	11,7%	9,6%	8,1%	9,5%	9,6%	8,0%
Amazonas	3,8%	4,0%	4,2%	0,9%	1,3%	4,1%	4,0%	7,5%	7,0%	5,4%
Roraima	1,8%	2,9%	8,1%	7,1%	8,1%	10,3%	7,9%	9,0%	8,6%	5,3%
Pará	7,6%	11,7%	13,3%	9,4%	10,5%	10,8%	8,6%	11,5%	12,5%	12,4%
Amapá	0,0%	3,1%	5,2%	3,3%	4,2%	2,1%	3,5%	4,0%	3,0%	6,0%
Tocantins	11,9%	17,2%	13,8%	12,3%	14,1%	13,7%	12,3%	12,6%	12,9%	9,8%

Fonte: IBGE-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

Notas: 1) Até 2003, exclusiva a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; 2) A partir de 2007: as categorias Sem declaração e Não-declaradas não foram investigadas; 3) Os dados desta tabela foram reponderados pela revisão 2008 das projeções populacionais, incluindo a tendência 2000-2010; 4) Para o ano de 2010 não foi elaborada a PNAD, devido a realização do Censo Demográfico.

Como verificado na tabela acima, o percentual de pessoas que se encontram em situação de subemprego em Roraima é o menor da Região Norte, com uma participação de 5,3%, muito próximo ao valor apresentado pelos estados do Amazonas (5,4%) e Acre (5,5%). Neste quesito, o estado com pior resultado foi o Pará com uma participação de 12,4% em 2011.

### 2.3 Força de Trabalho no Setor Público e Privado

Os funcionários empregados no Setor Público em Roraima representam uma parcela significativa do total da força de trabalho no Estado. Em 2011 havia 34 mil militares e funcionários públicos estatutários, segundo a PNAD.

**Tabela X - Empregados militares e funcionários públicos estatutários - Roraima (Mil pessoas).**

Pessoal Ocupado	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Militares e funcionários públicos estatutários	10	8	15	23	23	26	28	31	34	34
Total em emprego formal	29	20	30	45	45	53	60	70	72	85
Total de ocupados	111	102	123	155	186	204	203	199	198	226

Fonte: IBGE-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

Notas: 1) Até 2003, exclusiva a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; 2) A partir de 2007: as categorias Sem declaração e Não-declaradas não foram investigadas; 3) Os dados desta tabela foram reponderados pela revisão 2008 das projeções populacionais, incluindo a tendência 2000-2010; 4) Para o ano de 2010 não foi elaborada a PNAD, devido a realização do Censo Demográfico.

Proporcionalmente o Setor Público representa 40% do emprego formal no Estado e 15% do total de pessoas ocupadas em 2011. Este valor ainda é maior se for somado a este montante o total de terceirizados e trabalhadores enquadrados no regime da CLT que prestam serviços diretos ao governo.

Dentre os estados da Região Norte, Roraima apresenta a maior participação de servidores públicos entre os empregos formais. O percentual apresentado em Roraima situa-se em 50% superior a média apresentada na Região, como pode ser observado na tabela abaixo.

**Tabela X - Relação entre funcionários públicos estatutários e militares sobre o total de trabalhos com carteira assinada - Região Norte.**

Unidades da Federação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
<b>Região Norte</b>	<b>29%</b>	<b>31%</b>	<b>31%</b>	<b>30%</b>	<b>27%</b>	<b>28%</b>	<b>29%</b>	<b>29%</b>	<b>30%</b>	<b>26%</b>
Rondônia	29%	28%	31%	29%	26%	34%	33%	26%	30%	27%
Acre	40%	44%	40%	37%	39%	38%	35%	23%	32%	31%
Amazonas	22%	26%	28%	27%	27%	23%	29%	29%	28%	23%
Roraima	34%	40%	50%	51%	51%	49%	47%	44%	47%	40%
Pará	27%	29%	25%	25%	21%	23%	22%	26%	26%	24%
Amapá	40%	38%	52%	44%	44%	43%	38%	38%	42%	25%
Tocantins	39%	40%	45%	43%	41%	38%	36%	38%	37%	31%

Fonte: IBGE-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

Notas: 1) Até 2003, excluiu-se a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; 2) A partir de 2007, as categorias Sem declaração e Não-declaradas não foram investigadas; 3) Os dados desta tabela foram reponderados pela revisão 2008 das projeções populacionais, incluindo a tendência 2000-2010; 4) Para o ano de 2010 não foi elaborada a PNAD, devido a realização do Censo Demográfico.

Os estados que mais se aproximam do índice apresentado em Roraima, são Acre e Tocantins com 31% cada, enquanto o de menor participação na Região Norte é o Amazonas com 23%, resultado esse em reflexo a importância do setor industrial derivado da Zona Franca de Manaus, o que faz com que a participação do setor público em relação ao total de empregos formais seja menor do que a apresentada nos outros estados da região.

## REFERÊNCIAS

**PNUD**, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Release Longevidade**, disponível [http://www.pnud.org.br/atlas\\_bh/release\\_longevidade](http://www.pnud.org.br/atlas_bh/release_longevidade) Acessado em 18 de dezembro de 2012.

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo Demográfico 2010.

**IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** - Contas Regionais - Coordenadoria de Contas Nacionais.

**IBGE** - Síntese dos Indicadores Sociais

**INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

**SANDRONI**, Sandro. Novíssimo Dicionário de Economia. 1999.

**SEPLAN - Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima** - Produto Interno Bruto Estadual e Municipal.

**WAISELSZ**, Júlio Jacobo. Mapa da Violência 2012.

## **O SETOR PÚBLICO ESTADUAL CAPACIDADES E ORIENTAÇÃO DE POLÍTICA DE GOVERNO**

### **I. Introdução**

Roraima e Amapá, os mais novos estados da Federação brasileira, criados pela Constituinte de 1988, por transformação dos respectivos Territórios Federais, foram formalmente implantados em 01 de janeiro de 1991 com a posse dos governadores eleitos em 1990<sup>1</sup>. Roraima, assim como o Amapá, recebeu o legado histórico da cultura de território federal, tanto em termos das práticas de governança, quanto no que diz respeito aos padrões de interação do governo com a sociedade local e com o próprio governo federal.

A governança do sistema tributário dos territórios federais se circunscrevia às atividades de fiscalização dos tributos de competência estadual, efetuada com base no Código Tributário do Distrito Federal, por delegação do governo federal, considerando que as demais funções pertinentes à gestão tributária eram de competência da Secretaria da Receita Federal, tais como o lançamento, arrecadação e recolhimento dos recursos arrecadados relativos aos impostos estaduais.

A gestão dos recursos humanos dessa autarquia também era centralizada e o quadro de servidores públicos dos territórios federais poderia, no prazo de dez anos após a implantação do Estado, optar pelo quadro de servidores estaduais. De todo modo, essa força de trabalho foi colocada à disposição do novo ente federado e, gradativamente, ela foi erodindo, seja por força das aposentadorias e falecimentos, seja em razão das transferências de servidores federais para outros órgãos federais.

As terras integrantes do território estadual permaneceram sob a jurisdição da União, sob a gestão do INCRA, do IBAMA, FUNAI, ICMBIO, bem como das Forças Armadas (Exército) e do Serviço de Patrimônio da União (SPU). Apenas recentemente, a questão foi regulamentada por decisão do governo Lula.

---

<sup>1</sup> Art. 14, do Ato das disposições constitucionais transitórias, da Constituição Federal de 1988.

A implantação do estado representou, portanto, o enfrentamento dos desafios relativos à construção das bases institucionais necessárias à estruturação e funcionamento dos serviços públicos estaduais, no âmbito dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, iniciando pela elaboração da Constituição Estadual, das estruturas administrativas dos três poderes, leis orgânicas do Legislativo e Judiciário, Código Tributário Estadual, planos de governo, concursos públicos para juízes, promotores, fiscais de tributos e outras ações dessa natureza.

O desafio da estruturação da governança estadual requereu ainda a criação e implantação de estruturas organizacionais, administrativas e de instrumentos de gestão, a exemplo da organização do sistema de gestão tributária, com uma trajetória que percorreu a elaboração do Código Estadual de Tributos, a formatação da base organizacional própria desta gestão e a ampliação e capacitação de seu corpo funcional de fiscais e técnicos tributários.

Do ponto de vista da base econômica de tributação, recebeu-se um território cujo Produto Interno Bruto de 1991 apresentava composição setorial em que os serviços de Administração Pública representavam 34,9% do Valor Adicionado Bruto, seguido pela Indústria com 18,6%, o Comércio com 17,1%, a Agropecuária com 20,4% e os Serviços com 21,4%. A dinâmica da economia roraimense apresenta, portanto, alta dependência dos gastos públicos, os quais, por sua vez, são financiados predominantemente, por recursos de transferências constitucionais, legais e voluntárias da União.

## **II. As políticas do governo na dinâmica da economia local**

### **a) Propostas e estratégias indicadas pelo governo estadual no PPA**

A base econômica do Estado de Roraima se estrutura no conjunto das atividades da Administração Pública<sup>2</sup> que representam 49,7% (2010) do seu Produto

---

<sup>2</sup> O setor institucional administração pública é constituído por unidades que têm como função principal produzir serviços não-mercantis destinados à coletividade e/ou efetuar operações de repartição de renda e de patrimônio. Os serviços são considerados não-mercantis quando prestados a preços economicamente não significativos. A principal fonte de recursos do setor é o pagamento obrigatório efetuado pelas demais unidades institucionais na forma de impostos, taxas e contribuições sociais. As unidades administrativas do setor efetuam três tipos diferentes de despesas finais: despesas feitas na prestação gratuita de serviços coletivos à sociedade tais como justiça e segurança que, devido à incapacidade do mercado, têm que ser proporcionados coletivamente pelas administrações públicas; despesas ao fornecer bens e serviços individualizados, gratuitamente ou a preços que

Interno Bruto (PIB). Trata-se dos gastos públicos dos governos federal, estadual e municipais, sendo os dois últimos financiados, basicamente, pelas transferências constitucionais, legais e voluntárias da União. A participação da Agropecuária corresponde a 4,1%, enquanto que a Indústria tem peso de 12,9% na formação do PIB.

O grande desafio macroeconômico dos roraimenses consiste, segundo o PPA em vigor, na identificação e implementação de modelo de desenvolvimento ancorado nas atividades privadas de modo a reduzir o nível de dependência da sociedade e do Estado em relação aos gastos da administração pública, financiados por transferências federais. Em síntese, o desafio consiste na mudança de estruturas econômicas basicamente fundamentadas na economia do Setor Público para um modelo econômico assentado nas atividades privadas de produção, liderado pela iniciativa privada.

Para tanto, o governo estadual elencou conjuntos de estratégias, ações e projetos considerados primordiais para o desenvolvimento de Roraima, tendo por referência central a ideia de que as possibilidades de crescimento econômico estadual dependerão das capacidades de o estado de Roraima e da sociedade roraimense, em regime de cooperação com o governo federal, articularem estratégias de integração de sua economia aos mercados de Manaus, da Venezuela e da Guiana.

Tendo em vista esse objetivo macroeconômico, o PPA-RR 2012-2015 propõe os seguintes conjuntos de ações: a) promoção pelo Estado de Roraima do fortalecimento do processo de regularização fundiária estadual em regime de cooperação com o governo federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/INCRA, tendo em vista o ordenamento territorial mediante a titulação de terras em áreas rurais e das áreas urbanas. Nesse sentido foi criado o Programa Roraima Legal com a finalidade de coordenar, sintetizar e controlar as ações de regularização fundiárias de 18.000 ocupações rurais; b) ampliar e fortalecer as ações e projetos de regularização ambiental, com base no Zoneamento Econômico-

---

não cobrem seus custos. Nesta categoria, classificam-se os órgãos que exercem programas de educação, assistência médico-hospitalar, fornecimento de alimentação, remédios, material didático, cultura, etc.; despesas com transferência para outras instituições ou famílias com objetivo de distribuir renda, promover o desenvolvimento regional e assegurar a prestação adequada de serviços de saúde e educação. O governo exerce, na maioria dos órgãos dos três poderes, o papel de agente de transferência. Destacam-se as atuações dos fundos previdenciários; de desenvolvimento regional; e de saúde e educação, criados prioritariamente com essa finalidade.

Ecológico (ZEE) e através do Programa Roraima Sustentável visando a promoção da regularização ambiental das propriedades e posses rurais e a sua inserção no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Licenciamento Ambiental propriedades rurais; c) fortalecimento da Infraestrutura básica mediante apoio às ações do governo federal de promoção da integração energética, relativa a expansão da linha de transmissão elétrica desde a hidrelétrica de Guri (Venezuela) até Boa Vista (Roraima), e posterior ligação a Manaus e ao Sistema Interligado Nacional (SIN) brasileiro mediante a construção do linhão de energia elétrica de Tucuruí (PA) até Manaus, daí estendendo-se até Boa Vista (RR), assim realizando a integração energética sul-americana, do Caribe à Patagônia; apoio à realização dos estudos de viabilidade do Gasoduto Venezuela–Brasil–Argentina, com prioridade para o trecho da Área Gasífera de Paria (estado Sucre) a Manaus; comunicação, no pertinente a inovação tecnológica nas telecomunicações, a fim de fortalecer as redes de radiocomunicação de Roraima; implantação do sistema de telecomunicações através de fibra ótica; saneamento básico mediante a implantação, ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água; implantação, ampliação e melhoria do sistema de esgoto sanitário; projetos de infraestrutura de saneamento básico nas áreas urbana e rural; d) fomento ao desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APL's) mediante parcerias com o Sistema S e as agências federais de fomento (SUDAM, SUFRAMA), BNDES e outros. Com referência às APL's, o governo de Roraima visa fortalecer e melhorar o desempenho dos setores produtivos, com qualificação e capacitação de mão de obra e desenvolvimento da ciência e tecnologia, embora encontre dificuldades no que diz respeito à regularização fundiária do estado.

As propostas e estratégias do governo do Estado de Roraima para dinamizar a economia local, estão inseridas no Plano Plurianual 2012 - 2015 disponível em <http://www.seplan.rr.gov.br>.

**5 - As Receitas Estaduais: características e evolução (valores correntes e como proporção do PIB estadual) 1990-2000 e 2000-2010**

**a- O comportamento da receita própria total**

**Tabela 1 - Receitas do Estado de Roraima - (R\$ milhões)**

Receitas	1995	1996	1997	1998	1999	2000
<b>Receita Total</b>	<b>250</b>	<b>321</b>	<b>378</b>	<b>425</b>	<b>433</b>	<b>570</b>
Receita Própria	37	45	54	73	72	114
ICMS	35	43	52	63	67	108
Outros tributos	1	2	2	11	5	6
Transferências	203	247	303	324	351	449
Receita intraorçamentária	10	28	21	28	11	7
Outras receitas	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita corrente	-	-	-	-	-	-

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 2 - Receitas do Estado de Roraima - (R\$ milhões)**

Receitas	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Receita Total</b>	<b>650</b>	<b>792</b>	<b>759</b>	<b>856</b>	<b>1.120</b>
Receita Própria	125	138	160	178	222
ICMS	118	120	138	150	187
Outros tributos	7	19	22	28	35
Transferências	520	691	681	757	944
Receita intraorçamentária	5	59	20	34	90
Outras receitas	-	-	-	-	-
Deduções da receita corrente	-	96	102	112	136

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 3 - Receitas do Estado de Roraima - (R\$ milhões)**

Receitas	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Receita Total</b>	<b>1.291</b>	<b>1.477</b>	<b>2.174</b>	<b>2.152</b>	<b>2.359</b>
Receita Própria	256	330	378	427	510
ICMS	217	273	300	346	410
Outros tributos	38	56	79	81	100
Transferências	1.112	1.230	1.606	1.514	1.708
Receita intraorçamentária	72	110	231	492	479
Outras receitas	-	0	0	0	0
Deduções da receita corrente	148	193	42	281	338

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 4 - Receitas Próprias do Estado de Roraima em relação a Receita Total e ao PIB - 1995 a 2000**

Receitas	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Receita Própria / Receita Total	14,7%	14,1%	14,3%	17,3%	16,6%	20,0%
Receita Própria / PIB	3,7%	3,8%	4,2%	5,4%	4,6%	6,4%

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 5 - Receitas Próprias do Estado de Roraima em relação a Receita Total e ao PIB - 2001 a 2005**

Receitas	2001	2002	2003	2004	2005
Receita Própria / Receita Total	19,2%	17,5%	21,1%	20,7%	19,8%
Receita Própria / PIB	6,1%	6,0%	5,8%	6,3%	7,0%

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 6 - Receitas Próprias do Estado de Roraima em relação a Receita Total e ao PIB - 2006 a 2010**

Receitas	2006	2007	2008	2009	2010
Receita Própria / Receita Total	19,8%	22,3%	17,4%	19,9%	21,6%
Receita Própria / PIB	7,0%	7,9%	7,7%	7,6%	8,0%

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

## b) O caso do ICMS

**Tabela 7 - Receita Própria do Estado de Roraima - 1995 a 2000 (R\$ milhões)**

Receitas	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Receita Própria	37	45	54	73	72	114
ICMS	35	43	52	63	67	108
Outras receitas tributárias	1	2	2	11	5	6

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 8 - Receita Própria do Estado de Roraima - 2001 a 2005 (R\$ milhões)**

Receitas	2001	2002	2003	2004	2005
Receita Própria	125	138	160	178	222
ICMS	118	120	138	150	187
Outras receitas tributárias	7	19	22	28	35

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 9 - Receita Própria do Estado de Roraima - 2006 a 2010 (R\$ milhões)**

Receitas	2006	2007	2008	2009	2010
Receita Própria	256	330	378	427	510
ICMS	217	273	300	346	410
Outras receitas tributárias	38	56	79	81	100

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 10 - Receitas de ICMS do Estado de Roraima em relação a Receita Própria e ao PIB - 1995 a 2000**

Receitas	1995	1996	1997	1998	1999	2000
ICMS / Receita Própria	96,1%	95,0%	95,7%	85,6%	93,3%	95,1%
ICMS / PIB	3,5%	3,6%	4,0%	4,7%	4,3%	6,1%

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 11 - Receitas de ICMS do Estado de Roraima em relação a Receita Própria e ao PIB - 2001 a 2005**

Receitas	2001	2002	2003	2004	2005
ICMS / Receita Própria	94,6%	86,4%	86,0%	84,4%	84,3%
ICMS / PIB	5,8%	5,2%	5,0%	5,3%	5,9%

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 12 - Receitas de ICMS do Estado de Roraima em relação a Receita Própria e ao PIB - 2006 a 2010**

Receitas	2006	2007	2008	2009	2010
ICMS / Receita Própria	85,0%	82,9%	79,2%	81,0%	80,4%
ICMS / PIB	5,9%	6,6%	6,1%	6,2%	6,5%

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**6) As transferências federais de recursos para o estado (valores correntes - em relação ao PIB estadual) - 1990 a 2010**

**Tabela 13 - Transferências Federais de Recursos para o Estado de Roraima - 1995 a 2000 (R\$ milhões)**

Receitas	1995	1996	1997	1998	1999	2000
<b>Transferências Federais</b>	<b>203</b>	<b>247</b>	<b>303</b>	<b>324</b>	<b>351</b>	<b>421</b>
Transferências correntes	201	234	296	324	351	421
FPE	192	217	243	271	255	303
Outras transferências correntes	10	17	53	53	96	118
Transferências de capital	2	13	7	-	-	0

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 14 - Transferências Federais de Recursos para o Estado de Roraima - 2001 a 2005 (R\$ milhões)**

Receitas	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Transferências Federais</b>	<b>520</b>	<b>691</b>	<b>681</b>	<b>751</b>	<b>943</b>
Transferências correntes	520	691	681	751	943
FPE	356	518	539	594	743
Outras transferências correntes	165	173	142	157	200
Transferências de capital	-	-	-	0	0

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 15 - Transferências Federais de Recursos para o Estado de Roraima - 2006 a 2010 (R\$ milhões)**

Receitas	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Transferências Federais</b>	<b>1.108</b>	<b>1.207</b>	<b>1.469</b>	<b>1.473</b>	<b>1.590</b>
Transferências correntes	1.108	1.207	1.469	1.473	1.590
FPE	822	953	1.165	1.123	1.210
Outras transferências correntes	285	254	304	350	380
Transferências de capital	0	0	0	0	0

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 16 - FPE do Estado de Roraima em relação as Transferências Federais - 1995 a 2000**

Receitas	1995	1996	1997	1998	1999	2000
<b>FPE</b>	<b>94,2%</b>	<b>87,7%</b>	<b>80,4%</b>	<b>83,5%</b>	<b>72,8%</b>	<b>72,0%</b>

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 17 - FPE do Estado de Roraima em relação as Transferências Federais - 2001 a 2005**

Receitas	2001	2002	2003	2004	2005
<b>FPE</b>	<b>68,4%</b>	<b>74,9%</b>	<b>79,2%</b>	<b>79,1%</b>	<b>78,8%</b>

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 18 - FPE do Estado de Roraima em relação as Transferências Federais - 2006 a 2010**

Receitas	2006	2007	2008	2009	2010
<b>FPE</b>	<b>74,2%</b>	<b>78,9%</b>	<b>79,3%</b>	<b>76,2%</b>	<b>76,1%</b>

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 19 - Transferências Federais para o Estado de Roraima em relação a PIB 1995 a 2000**

Receita / PIB	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Transferências / PIB	20,2%	20,8%	23,6%	24,1%	22,3%	23,7%

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 20 - Transferências Federais para o Estado de Roraima em relação a PIB 2001 a 2005**

Receita / PIB	2001	2002	2003	2004	2005
Transferências / PIB	25,6%	29,9%	24,9%	26,7%	29,7%

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 21 - Transferências Federais para o Estado de Roraima em relação a PIB 2006 a 2010**

Receita / PIB	2006	2007	2008	2009	2010
Transferências / PIB	30,3%	29,0%	30,0%	26,3%	25,1%

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**7. As despesas de consumo e capital (valores correntes em relação ao PIB estadual) 1990-2000 e 2000-2010**

**Tabela 22 - Despesas do Estado de Roraima - 1995 a 2000 (R\$ milhões)**

Despesas	1995	1996	1997	1998	1999	2000
<b>Despesa total</b>	<b>286</b>	<b>323</b>	<b>396</b>	<b>429</b>	<b>437</b>	<b>621</b>
Despesa corrente	190	222	276	313	325	422
Pessoal e encargos	46	51	62	82	126	203
Outras despesas correntes	143	171	214	231	199	219
Despesa de capital	96	100	119	115	112	199
Investimentos	-	-	-	-	-	168
Outras despesas de capital	96	100	119	115	112	31

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 23 - Despesas do Estado de Roraima - (R\$ milhões)**

Despesas	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Despesa total</b>	<b>697</b>	<b>640</b>	<b>839</b>	<b>711</b>	<b>1.037</b>
Despesa corrente	515	559	701	603	836
Pessoal e encargos	108	298	370	322	416
Outras despesas correntes	407	261	331	280	419
Despesa de capital	182	81	138	108	201
Investimentos	144	73	65	31	102
Outras despesas de capital	38	8	73	77	100

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 24 - Despesas do Estado de Roraima - (R\$ milhões)**

<b>Despesas</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Despesa total</b>	<b>1.238</b>	<b>1.482</b>	<b>1.785</b>	<b>2.005</b>	<b>2.117</b>
Despesa corrente	986	1.225	1.441	1.552	1.748
Pessoal e encargos	462	563	677	739	879
Outras despesas correntes	523	661	765	813	869
Despesa de capital	252	257	344	454	368
Investimentos	135	140	205	229	242
Outras despesas de capital	117	117	139	225	127

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 25 - Despesas com pessoal no Estado de Roraima em relação a Despesa total e ao PIB - 1995 a 2000**

<b>Despesas</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
Pessoal / Despesa Total	16,2%	15,9%	15,8%	19,1%	28,7%	32,7%
Pessoal / PIB	4,6%	4,3%	4,9%	6,1%	8,0%	11,4%

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 26 - Despesas com pessoal no Estado de Roraima em relação a Despesa total e ao PIB - 2001 a 2005**

<b>Despesas</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Pessoal / Despesa Total	15,5%	46,5%	44,1%	45,3%	40,2%
Pessoal / PIB	5,3%	12,9%	13,5%	11,5%	13,1%

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 27 - Despesas com pessoal no Estado de Roraima em relação a Despesa total e ao PIB - 2006 a 2010**

<b>Despesas</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Pessoal / Despesa Total	37,3%	38,0%	37,9%	36,8%	41,5%
Pessoal / PIB	12,6%	13,5%	13,8%	13,2%	13,9%

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**b) Despesas com serviços básicos universais (saúde, educação e segurança pública)**

**Tabela 28 - Despesas com Serviços Básicos em Roraima - (R\$ milhões)**

<b>Despesas</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
<b>Serviços Básicos</b>	<b>103</b>	<b>110</b>	<b>152</b>	<b>167</b>	<b>171</b>	<b>213</b>
Educação	60	69	85	105	98	130
Saúde	37	34	59	52	61	66
Segurança Pública	6	7	8	9	13	16

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 29 - Despesas com Serviços Básicos em Roraima - (R\$ milhões)**

<b>Despesas</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
<b>Serviços Básicos</b>	<b>256</b>	<b>287</b>	<b>343</b>	<b>318</b>	<b>409</b>
Educação	158	179	204	179	219
Saúde	78	74	92	85	125
Segurança Pública	20	34	47	53	65

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 30 - Despesas com Serviços Básicos em Roraima - (R\$ milhões)**

<b>Despesas</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Serviços Básicos</b>	<b>555</b>	<b>678</b>	<b>842</b>	<b>859</b>	<b>932</b>
Educação	293	361	395	374	427
Saúde	173	212	310	358	358
Segurança Pública	89	105	137	127	147

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 31 - Despesas com Serviços Básicos em Roraima em relação a Despesa Total - 1995 a 2000**

<b>Despesas</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
<b>Serviços Básicos</b>	<b>36,2%</b>	<b>34,2%</b>	<b>38,3%</b>	<b>38,9%</b>	<b>39,1%</b>	<b>34,3%</b>
Educação	20,9%	21,3%	21,5%	24,6%	22,3%	21,0%
Saúde	13,0%	10,7%	14,8%	12,2%	13,9%	10,7%
Segurança Pública	2,3%	2,2%	2,0%	2,1%	2,9%	2,6%

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 32 - Despesas com Serviços Básicos em Roraima em relação a Despesa Total - 2001 a 2005**

<b>Despesas</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
<b>Serviços Básicos</b>	<b>36,8%</b>	<b>44,9%</b>	<b>40,9%</b>	<b>44,7%</b>	<b>39,4%</b>
Educação	22,7%	28,0%	24,3%	25,2%	21,1%
Saúde	11,2%	11,5%	11,0%	11,9%	12,1%
Segurança Pública	2,8%	5,3%	5,6%	7,5%	6,2%

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 33 - Proporção das Despesas com Serviços Básicos em Roraima em relação a Despesa Total - 2006 a 2010**

<b>Despesas</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Serviços Básicos</b>	<b>44,8%</b>	<b>45,8%</b>	<b>47,2%</b>	<b>42,9%</b>	<b>44,0%</b>
Educação	23,7%	24,4%	22,1%	18,7%	20,2%
Saúde	13,9%	14,3%	17,3%	17,9%	16,9%
Segurança Pública	7,2%	7,1%	7,7%	6,3%	6,9%

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 34 - Despesas com Serviços Básicos em Roraima em relação ao PIB - 1995 a 2000**

Despesas	1995	1996	1997	1998	1999	2000
<b>Serviços Básicos</b>	<b>10,3%</b>	<b>9,3%</b>	<b>11,8%</b>	<b>12,4%</b>	<b>10,9%</b>	<b>12,0%</b>
Educação	6,0%	5,8%	6,6%	7,8%	6,2%	7,3%
Saúde	3,7%	2,9%	4,6%	3,9%	3,9%	3,7%
Segurança Pública	0,6%	0,6%	0,6%	0,7%	0,8%	0,9%

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 35 - Despesas com Serviços Básicos em Roraima em relação ao PIB - 2001 a 2005**

Despesas	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Serviços Básicos</b>	<b>12,6%</b>	<b>12,4%</b>	<b>12,5%</b>	<b>11,3%</b>	<b>12,9%</b>
Educação	7,8%	7,8%	7,5%	6,4%	6,9%
Saúde	3,9%	3,2%	3,4%	3,0%	3,9%
Segurança Pública	1,0%	1,5%	1,7%	1,9%	2,0%

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 36 - Despesas com Serviços Básicos em Roraima em relação ao PIB - 2006 a 2010**

Despesas	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Serviços Básicos</b>	<b>15,2%</b>	<b>16,3%</b>	<b>17,2%</b>	<b>15,4%</b>	<b>14,7%</b>
Educação	8,0%	8,7%	8,1%	6,7%	6,7%
Saúde	4,7%	5,1%	6,3%	6,4%	5,6%
Segurança Pública	2,4%	2,5%	2,8%	2,3%	2,3%

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

## b) Despesa de investimento

**Tabela 37 - Despesas com Investimentos em Roraima - 2000 a 2005 (R\$ milhões)**

Despesas	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Investimento</b>	<b>168</b>	<b>144</b>	<b>73</b>	<b>65</b>	<b>31</b>	<b>102</b>

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 38 - Despesas com Investimentos em Roraima - 2006 a 2010 (R\$ milhões)**

Despesas	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Investimento</b>	<b>135</b>	<b>140</b>	<b>205</b>	<b>229</b>	<b>242</b>

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 39 - Proporção dos Investimentos em Roraima em relação a Despesa Total e ao PIB - 2000 a 2005**

<b>Despesas</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
<b>Investimento / Desp Total</b>	27,0%	20,7%	11,4%	7,7%	4,3%	9,8%
<b>Investimento / PIB</b>	9,4%	7,1%	3,2%	2,4%	1,1%	3,2%

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

**Tabela 40 - Proporção dos Investimentos em Roraima em relação a Despesa Total e ao PIB - 2006 a 2010**

<b>Despesas</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Investimento / Desta Total</b>	10,9%	9,5%	11,5%	11,4%	11,4%
<b>Investimento / PIB</b>	3,7%	3,4%	4,2%	4,1%	3,8%

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

#### 5) A trajetória do endividamento do governo estadual 1990-2000 e 2000- 2010

**Tabela 41 - Dívida contratual interna junto ao Tesouro Nacional e ao Sistema Financeiro Nacional de Roraima no período de 2000 a 2010 (R\$ milhões)**

<b>Ano</b>	<b>Credor</b>		<b>Total</b>
	<b>Tesouro Nacional</b>	<b>Instituições financeiras públicas</b>	
2000	119	191	<b>310</b>
2001	135	244	<b>379</b>
2002	152	205	<b>357</b>
2003	159	368	<b>527</b>
2004	171	400	<b>570</b>
2005	162	440	<b>601</b>
2006	161	480	<b>641</b>
2007	154	523	<b>676</b>
2008	158	616	<b>774</b>
2009	142	829	<b>971</b>
2010	138	1.026	<b>1.164</b>

Fonte: Banco Central do Brasil – BACEN; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

Nota:(1) Não inclui informações para a dívida externa, mobiliária e junto ao INSS, FGTS ou outras instituições não financeiras que não o Tesouro Nacional. (2) Valores referentes ao mês de dezembro de cada ano.

**Tabela 42 - Dívida contratual interna junto ao Tesouro Nacional e ao Sistema Financeiro Nacional de Roraima em relação à Receita Total, à Receita Própria e ao PIB - (R\$ milhões)**

Ano	Dívida / Receita Total	Dívida / Receita Própria	Dívida / PIB
2000	54,4%	257,3%	17,4%
2001	58,3%	292,3%	18,6%
2002	45,1%	181,2%	15,5%
2003	69,4%	292,1%	19,2%
2004	66,6%	270,1%	20,3%
2005	53,7%	192,3%	18,9%
2006	49,6%	195,8%	17,5%
2007	45,8%	167,0%	16,2%
2008	35,6%	140,4%	15,8%
2009	45,1%	131,3%	17,4%
2010	49,3%	137,9%	18,3%

Fonte: Banco Central do Brasil – BACEN; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

Nota:(1) Não inclui informações para a dívida externa, mobiliária e junto ao INSS, FGTS ou outras instituições não financeiras que não o Tesouro Nacional. (2) Valores referentes ao mês de dezembro de cada ano.

### III- As estratégias de fomento ao crescimento

O Estado de Roraima tem o menor PIB da Região Norte, muito embora sua renda per capita seja na participação no PIB do Brasil (0,17%) e na Região Norte (3,2%) e nos anos de 2001 a 2010 o estado apresentou grandes variações na sua taxa de crescimento real (5,5% em média no período) com expectativa de manter crescimento de 3,5% no período de 2012 a 2015.

O Setor de Serviços representa mais de 80 % da economia estadual com destaque para a Administração Pública tem que representa 49,7% do PIB de Roraima.

O Governo do Estado de Roraima tem como objetivo para os anos de 2012-2015, aumentar o crescimento do PIB estadual através do comércio inter-regional, revitalizando a agricultura familiar, as políticas de atração de investimentos para o setor, com reestruturação dos Arranjos Produtivos Locais.

Essas premissas deverão vir acompanhadas da Criação do Código Florestal e à recuperação das áreas degradadas, com investimentos na implementação dos Polos de Produção de grãos (milho e soja) e à criação de novas agroindústrias com incentivos também, da iniciativa privada.

No PPA - Plano Plurianual de 2012 - 2015 do Governo do Estado de Roraima, as estratégias para o crescimento sustentável são as seguintes:

- a) Incentivar o Agronegócio e a Agricultura Familiar, planejando a criação de polos de produção; agregando valor ao produtor e aumentando a renda; fixando o homem no meio rural de acordo com as normas ambientais; garantindo o direito à alimentação adequada e a segurança alimentar e nutricional da população de Roraima;
- b) Incentivar a industrialização, o turismo, as relações fronteiriças e comércio exterior e a exploração mineral regulamentada;
- c) Planejar o ordenamento territorial com base no ZEE - Zoneamento Econômico Ecológico do Estado de Roraima;
- d) Formular, promover e executar as Políticas de Meio Ambiente, mediante conhecimento, defesa, preservação, uso, conservação e recuperação dos recursos naturais;
- e) Estimular um maior diálogo entre os setores da sociedade, visando à união de esforços e propostas para a redução de conflitos socioambientais de modo a fortalecer o efetivo desenvolvimento sustentável, aliando conservação e desenvolvimento;
- f) Expansão e implantação de infraestruturas de saneamento, de melhorias de sistemas viários e urbanismo;
- g) Definir, Elaborar e Consolidar o Planejamento Energético Estadual;
- h) Formular, promover e executar as Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação, mediante estímulo, fomento, apoio, promoção, produção e difusão do conhecimento, visando o desenvolvimento sócio - econômico - ambiental para a melhoria da qualidade de vida da população.

O detalhamento dessas estratégias estão disponíveis no site <http://www.seplan.rr.gov.br>.

## **REFERÊNCIAS**

**BACEN** - Banco Central do Brasil.

**FINBRA** - Finanças do Brasil - Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda.

**PPA** - Plano Plurianual do Estado de Roraima - 2011 a 2014

